

4. A contradição travada

José Arthur Giannotti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GIANNOTTI, JÁ. *Certa herança marxista* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. ISBN: 978-85-7982-045-8. 4. A contradição travada, p. 95-155. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

4. A CONTRADIÇÃO TRAVADA

4.1. Relações sociais com sentidos contraditórios

O modo de produção capitalista se caracteriza por fazer crescer continuamente a riqueza social, cuja forma elementar é a mercadoria. A sequência M – D – M mantém-se operando nas relações de troca tramadas na sua superfície, mas a significação global do sistema muda por completo, pois todo ele está voltado para produzir um excedente. Do ponto de vista lógico, pouco importa se o modo de produção simples de mercadoria tem ou não existência histórica; interessa, isto sim, que captura apenas a face mais aparente das relações de troca entre valores, a partir do momento em que a circulação de mercadorias passa a ser feita sob a pressão de gerar mais-valor, incluindo o próprio trabalho vivo na qualidade de mercadoria medida como trabalho morto. Assim sendo, o modo de produção capitalista encontra seu fundamento, sua razão de ser, na possibilidade socialmente efetiva de medir, por uma abstração, o trabalho vivo como produto. Essa forma de homogeneizar os processos de trabalho dá a este seu caráter histórico e datado, empresta determinações formais ao contínuo metabolismo entre o homem e a natureza.

A contrariedade entre trabalho vivo e trabalho morto, presente em qualquer modo de produção, ao ser posta sob forma de valor, converte-se na identidade do capital que compra não só força de trabalho medido como trabalho morto (capital variável), mas também os outros fatores de produção (capital constante); identidade, pois, que se diferencia em polos opostos. A maneira *sui generis* de compor essas duas determinações empresta ao modo capitalista de produção um sentido contraditório muito peculiar. Posta a forma, ela requer como condição de seu vir a ser, isto é, sua condição histórica, a preexistência, de um lado, do dinheiro acumulado, de outro, do mercado de trabalho livre das peias das sociabilidades pré-capitalistas. Mas é o desenvolvimento categorial do sistema, sua própria *Entwicklung*, que ilumina a história de seu vir a ser, as categorias mais estruturadas servindo de ponto de referência para as categorias que interpretam essa evolução. Desse ponto de vista, a troca mercantil começa a corroer por fora as antigas comunidades, nunca, entretanto sendo capaz de submeter toda a produção a sua medida. No plano formal, o modo de produção simples de mercadorias desenha uma estrutura cujo movimento,

todavia, não traz em si o empuxo de fazer do dinheiro o capital. Não é porque se pode cortar de fora a sequência M – D – M – D..., tomando D como ponto de partida, que se passaria para o modo de produção capitalista. Trocar dinheiro por dinheiro somente tem sentido se houver aumento do capital, o que implica uma fonte do excedente que o desenvolvimento formal encobre.

Também para Hegel uma categoria ou uma figura do Espírito gera-se a partir das anteriores, graças a uma mudança de sentido, mas sempre se remetendo ao absoluto do sujeito analista (note-se a função do “für uns” no desdobramento de toda a *Fenomenologia do Espírito*) como representante do Espírito Absoluto. O capital, constituindo-se como processo reflexionante formalmente delineado pela identidade do capital que se amplia graças à contradição entre capital constante e variável, também desenha um círculo que se alimenta a si mesmo. Mas essa boa infinidade exprime e dá sentido a um modo de socialização do produto que, para se manter, necessita do apoio e da garantia do estado, isso sem falar das crises apenas indicadas pelo desdobramento categorial, cujo mapa aponta para os lugares de sua inserção. Daí a análise formal ser pontilhada por descrições históricas que mostram como ela se gera concretamente. No entanto, a boa infinidade do capital, sua clausura formal, porque ainda está exprimindo o movimento histórico de destruir os modos de produção anteriores, também fecha a evolução histórica da humanidade, de sorte que o salto para o comunismo deveria iluminar o passado, transformando-o em pré-história daquela história que o homem saberia traçar depois de ser liberado dos constrangimentos impostos por um metabolismo natural que se faz sob comando alheio. Marx, ademais, *concebe* as *categorias* do sistema capitalista como “formas de pensamento socialmente válidas, e, portanto objetivas” (*gesellschaftlich gültige, also objektive Gedankenformen*), “[válidas] para relações de produção *desse* modo social de produção *historicamente determinado*” (K, I, 23, 90). O que significa então “validade”, já que esse pensamento objetivado, não sendo aquele do analista, opera antes de tudo no nível das ações dos próprios agentes, as quais por isso mesmo devem ser, de uma perspectiva universalizada, tomadas como corretas ou incorretas? Em que condições uma forma de pensar objetivada no fetiche, por conseguinte numa ilusão necessária, logra submeter, com a força de lei natural, atividades práticas sob o crivo da bipolaridade? Com o intuito de seguir as pegadas da lógica hegeliana Marx deverá, para desdobrar a contrariedade em contradição, separar o positivo

do negativo até transformá-los em polos em si. Como poderá ocorrer essa tensão quando a forma, relação social de produção, apenas *exprime* o conteúdo de forças produtivas, nas quais se inclui igualmente a forma da luta pela apropriação do excedente, sendo que a forma relação social não se transforma em logos sem deixar resíduos? Nossa tarefa consiste, pois, em verificar se a permanência desses obstáculos não bloqueia a metamorfose da contrariedade em contradição posta em xeque, se o impedimento da completa espiritualização do conflito afeta ou não o próprio modo das categorias se entrelaçarem. Essa presença constante da história no desdobramento categorial, nele expressa pela interferência repetida de categorias exógenas, cuja possibilidade apenas tinha sido desenhada, sem que fossem efetivamente postas pelo próprio desdobramento formal, essa correção do caráter idealista da análise, como diria o próprio Marx, não termina por alterar o desdobramento da contradição originária? Hegel se livra dessas reflexões exteriores porque fala da perspectiva do Saber Absoluto. A óptica do proletariado logrará, contudo, desempenhar o mesmo papel? Comoveremos, a classe operária se conformará pelo travejamento das ações que mantêm no horizonte a contradição originária do capital, mas, para que elas possam se medir por essa contradição, pôr-se como a negatividade dele, é preciso que os polos opostos em si cheguem a se pôr para si. O desdobramento da categoria capital, pontuado por categorias exógenas, manterá a identidade reflexionante dos opostos a fim de que a luta de classes possa se dizer ela mesma contradição, cumprindo a tarefa histórica que por isso haveria de assumir? Corrigido o caráter idealista da análise de categorias que se exprimem umas pelas outras unicamente porque estão determinando formalmente o desenvolvimento das forças produtivas, inclusive as novas formas de sociabilidade, manterá o capital aquela circularidade fechada sobre si mesma que o transforma em alvo? Nas suas formas mais desenvolvidas manterá o capital sua capacidade de se medir tanto ele mesmo como a força de trabalho, segundo o mesmo parâmetro homogêneo? Se perder essa capacidade, não é o próprio sentido do antagonismo das classes que começa a escapar da contradição, por conseguinte, de seu próprio sentido original? Não ficaria assim comprometida a função avaliadora, judicativa do capital como medida da socialização do trabalho?

No início da conjunção entre conteúdo (forças produtivas conformadas para serem expressas sob a forma-valor) e forma (relações

sociais de produção), ambos se ajustam graças ao processo efetivo de exprimir-se um na outra. Marx espera, contudo, que o próprio desdobramento categorial revele como os dois polos se separam, até que as forças produtivas, cujas formas de desenvolvimento vinculam-se a esse modo, consigam romper seu invólucro, o qual, de espaço cheio de virtualidades, se transformará em dique barrando sua expansão. Essa incapacidade de exprimir o novo haveria, pois, de resultar numa contradição, que faria explodir o sistema num movimento revolucionário. A negatividade em si do sistema capitalista destruiria o tipo de dominação em que se baseia. Mas se essa negatividade em si não chegar a ser por si, se não desenhar nela o novo positivo de que o proletariado seria o herdeiro, não cairia por terra o projeto da Revolução radical, tantas vezes reiterado pelos fundadores do marxismo? Como sustentar, numa luta política constante, que o novo já está entranhado no velho, se a este falta o espírito de sua superação?

4.2. Vicissitudes da contradição

Se para o capital só vem a ser produtiva aquela atividade capaz de criar mais-valor, convém ainda lembrar que ela se efetiva na medida em que se apoia em outros trabalhos socialmente indiferentes. Quando o operário fabrica aquele cesto que o patrão vende no mercado, sua atividade é objetivamente reconhecida e computada na venda do produto a ser então consumido ou transformado em meio de produção. Isso não acontece com o trabalho de quem prepara sua marmita, lava sua roupa, arruma sua casa e assim por diante. Esse trabalhador, além do mais, está mobilizando instrumentos e matérias-primas que, assumindo igualmente a forma-valor, se defrontam com sua ação como se fossem trabalho morto. As relações sociais de produção capitalista são demarcadas, dessa maneira, por três oposições: a primeira, de natureza técnica, entre trabalho vivo e trabalho morto; a segunda, de natureza mais sociológica, entre trabalho social e associal, cuja fronteira é dada pela oposição formal entre a força de trabalho mercantilizada e outras atividades geralmente desenvolvidas na esfera doméstica; finalmente, aquela oposição entre trabalho produtivo e improdutivo, característica formal do modo de produção capitalista. A oposição técnica ocorre em qualquer estágio da humanidade em que o trabalho vivo opera com instrumentos fabricados, mas unicamente vem a ser contradição quando seus termos estão postos sob a forma-valor e quando o

trabalho vivo ele mesmo passa a medir-se socialmente como trabalho morto, em suma, quando se determinam como capital variável e constante. A contradição entre capital e trabalho implica, pois, primeiramente, a possibilidade da reconciliação técnica entre trabalho morto e trabalho vivo; em segundo lugar, requer sua expressão em termos de valor; finalmente, pressupõe o processo totalizante do capital, sua boa infinidade, subordinando a produtividade técnica às condições impostas pela dominação econômica. Nesse nível, só se tornam produtivas aquelas atividades capazes de incrementar a quantidade de valor pressuposta, fazendo diminuir, além do mais, aquela parte de trabalho necessária para compensar o que se paga ao trabalhador a fim de aumentar a parte de trabalho não pago. O que então se mede socialmente é sempre um diferencial crescente de valor, contraposto a outros valores que são conservados por ele.

Cabe desde logo sublinhar as alterações de sentido por que passa o processo de efetivação do processo de trabalho. De um ponto de vista técnico, a produtividade do trabalho é definida pela quantidade de produtos obtida num determinado intervalo de tempo. Mas essa abstração razoável, como diria Marx, se repõe no modo de produção capitalista de tal forma que só vem a ser produtivo aquele trabalho capaz de gerar mais-valia. Para isso o trabalho precisa estar determinado *duplamente*: de um lado, como atividade de transformar e conservar o trabalho posto nos meios de produção à medida que ela lhes agrega novo trabalho; de outro, como atividade congelada, trabalho abstrato, comprada pelo capitalista e mobilizada sob seu comando. Assim sendo, o processo natural de conformar o objeto para que se torne útil adquire, em virtude de se dar sob condições históricas e sociais muito peculiares, novas determinações que situam tanto o objeto como a própria atividade num plano do real em que se mesclam o sensível e o suprassensível, sentidos e hieróglifos.

Examinemos a especificidade desse processo. O ato, por exemplo, de fiar um chumaço de algodão conserva o trabalho prévio de quem o plantou; se isso não acontecesse o algodão seguiria seu curso natural. Sendo, porém, relevante apenas o lado abstrato de tais trabalhos, porque resulta da atividade de indivíduos cuja marca social advém de serem substituíveis no mercado – um agente fia, outro fabrica móveis, e assim por diante –, torna-se possível em tese somar, graças à mediação da troca mercantil, o tempo de trabalho social necessário para a produção do algodão ao tempo de trabalho social necessário para a produção do fio. Noutras palavras, o

trabalho de produzir e aquele de tecer se tornaram *comensuráveis* socialmente. Daí ser possível dizer que o tempo socialmente necessário para produzir o fio soma-se ao tempo necessário para fiar o algodão na composição do valor do produto final. “Portanto, em virtude de sua *propriedade abstrata* geral, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho do fiandeiro agrega *novo valor* aos valores do algodão e do fuso e, em virtude de sua propriedade *concreta, particular*, útil, como processo de fiação, *em geral*, transfere o valor desses meios de produção ao produto e *recebe* assim seu valor no produto. Daí a *dualidade* de seu resultado no *mesmo instante*” (K, I, 23, 215; trad., I, 166).

Note-se que, do ponto de vista da produtividade do trabalho, desde que esta seja computada pela quantidade de produtos para a troca, é o trabalho *na sua abstração* que agrega valor ao valor já constituído, embora unicamente o trabalho vivo, produtor de valor de uso, seja aquele que transfere trabalho morto para o produto. Daí esse apresentar-se, no mesmo instante, determinado duplamente. Em suma, é a *atividade* de produzir valor de uso, trabalho concreto, que conserva o trabalho anterior e agrega novo trabalho morto ao produto. Mas ela se processa sob *condições formais*, vale dizer, sociais, previamente determinadas, que colocam o trabalho unicamente como dispêndio natural de energia, e seu resultado – o tecido conservando o fio conservado na qualidade de parcela de valor –, como integrante da única substância que atravessa os produtos acabados. A atividade transformadora, contudo, posta como fruto do trabalho abstrato porque está sempre disponível no mercado, *aparece como* se resultasse da *única qualidade* característica de todos esses trabalhos sociais. Por isso a identidade do capital constante com o capital variável se exerce por suas diferenças, graças ao jogo no qual a qualidade de ser trabalho abstrato e homogêneo se realiza por suas diferenças entre a mesma qualidade em quantidades diversas. Além do mais, visto que essa conjunção peculiar do trabalho vivo com o trabalho morto somente se faz se novo valor for acrescido, o capital, graças a seu lado de fetiche, se vê autorizado a produzir o resultado final como se o gerasse a partir de si mesmo, em virtude de sua qualidade de crescer continuamente como quantidade mensurável. É de notar que o trabalho efetivo cria as condições materiais para que a forma, na qual se expressa, surja como capacidade de pôr seu caso; a autoposição da forma depende do metabolismo entre o homem e a natureza, mas escondendo o ato efetivo de transformação da coisa. Pondo, contudo,

concretamente a *diferença* e o caso sob condições que escapam da esfera de sua atuação, de todas aquelas operações coadjuvantes que fogem do movimento do valor, o faz de tal modo que o processo parece resolver-se exclusivamente numa atividade expressiva e formal:

O trabalhador conserva tanto mais valor quanto mais valor agrega, mas não conserva mais valor porque *agrega* mais valor, mas por agregá-lo sob condições invariáveis e independentes de seu próprio trabalho (K, I, 23, 217; trad., 1, 167).

Lembre-se que a abstração assegura homogeneidade a todos os processos de trabalho integrantes do sistema produtivo como um todo, pois no início eles são redutíveis a unidades relativamente simples. O trabalho mais qualificado há de ser decomposto nessas unidades. Até quando, porém, se conserva esse pressuposto de *homogeneidade*, se o sistema parece motocontínuo que faz crescer, a cada rotação, a base de onde parte? O capital constante empregado deixa traços de sua presença, o terreno laborado, a casa construída vão transferindo aos poucos seus respectivos valores conforme acolhem novos períodos produtivos. Daí a necessidade de distinguir capital fixo de capital circulante, aquele sendo os meios de produção sob a forma-valor, transferindo-se parceladamente ao produto, conforme seu ciclo produtivo, este sendo formado por outros fatores, inclusive a nova força de trabalho, inteiramente consumidos em cada ciclo. Mas dessa nova perspectiva, a despeito de todos os trabalhos absorvidos serem postos como abstratos, isto é, dependerem do mercado da força de trabalho, cada novo ciclo, forçado pela premência tanto de diminuir a parte responsável pela remuneração do trabalho necessário como de aumentar aquela outra parte promotora do trabalho não pago, tende a operar com taxas crescentes de produtividade. Até quando se manterá o pressuposto dessa homogeneidade, a condição de que todo trabalho complexo se resolva na soma de trabalhos simples? É possível empregar o mesmo padrão para medir o ato de fiar utilizando a roca ou o tear computadorizado? Na qualidade de capital fixo, não estão a roca e o tear introduzindo diferenças, desequilíbrios de produtividade que tendem a afetar a expressão do produto em termos de valor? A oposição entre capital fixo e circulante sempre manterá o jogo entre qualidade e quantidade no interior de um único espaço homogêneo, condição para que esse jogo possa ser pensado como desdobramento paralelo àquele da contradição especulativa? Se isso não for possível, haveria ainda uma contradição? De que tipo?

A análise gramatical e ontológica do capital termina interpretando as crises econômicas como aqueles momentos históricos em que o capital destrói seu próprio fundamento de valor, para continuar cabendo no quadro das relações sociais capitalistas. As crises evidenciam a irracionalidade da razão do sistema e podem prenunciar novas formas racionais de juntar trabalho vivo com trabalho morto, em vista de nova distribuição racional da riqueza social. Não fica então patente a necessidade de uma ideia muito clara do tipo de racionalidade que está presidindo a congeminção de forças que se faz sistema e a análise teórica que acompanha esse processo? Essa análise depende do uso do conceito de contradição, que diz respeito a processos sociais conflitantes que se expressam por meio de signos, os valores, idênticos nas suas diferenças. Marx, como já sabemos, nem sempre toma o cuidado de separar nitidamente contrariedade de contradição, muitas vezes se deixa levar pela prosa da dialética especulativa, para a qual toda contrariedade conflui num processo contraditório.

É preciso, pois, começar examinando como a “contradição em processo” (*prozessierender Widerspruch*) entre capital e trabalho, movida pela luta de classes e expressa, na superfície dos fenômenos sociais, pela oposição entre trabalho produtivo e improdutivo, configura tanto logicamente, graças ao aprofundamento do perfil gramatical dos termos opostos, como material e politicamente o movimento das forças produtivas. Quais são, porém, os limites desse desdobramento formal efetivo? Desde logo convém ter presente que, se Hegel pode reduzir todas as ligações formais ao movimento do Conceito, Marx deve, de uma parte, lidar com categorias que demarcam o campo de atuação dos agentes como *a priori* materiais historicamente determinados e postos como condições intransponíveis das ações individuais; de outra, deve frisar o lado efetivo da transformação das forças produtivas, inclusive aquela importantíssima provocada pelo mero fato dos indivíduos se associarem de determinada maneira. Há de considerar, primeiramente, como indivíduos se socializam por meio de determinadas regras graças aos signos em que elas se inscrevem. Em virtude dessa mediação tudo se passa como se a regra determinasse seus casos. Esse tipo de exercício da forma é diferente da passagem de uma categoria para outra. O capital, por exemplo, *deve* cindir-se em capital fixo e circulante, o mais-valor em lucro, renda e juros, e assim por diante. Necessidade que diz respeito às figuras da aparência do modo de produção capitalista, cujos conteúdos, porém, constituem toda a riqueza da

sociedade. A esse desdobramento das categorias se contrapõe, por fim, um terceiro modo de conexão necessária, aquela que mostra como a operação em que a categoria determina a multiplicidade dos processos de trabalho ainda demanda outras atividades que, sendo devidas ao funcionamento do sistema, escapam, todavia ao enquadramento da forma expressiva. Em particular, convém sempre insistir, Marx distingue o desdobramento categorial, a história contemporânea do capital, dos requisitos necessários para que essa história perdure como objetividade social. Em primeiro lugar, a forma pressuposta e repostada, determinando necessariamente os comportamentos e a passagem de uma categoria a outra; em segundo, os incidentes históricos que instalam essa reflexão como formação existente num tempo e num espaço determinados. É denotar, entretanto, que esses determinantes podem acontecer uma única vez, como a fuga dos servos para a cidade na qualidade de condição para que se forme o mercado de trabalho europeu; ou podem ser reiterados como todos aqueles modos de trabalho que escapam do mercado, mas sem os quais a força de trabalho não pode se exercer como mercadoria. E tais requisitos reiterados, não pela forma, mas ao lado dela, fazem a ponte entre o desdobramento categorial e o mundo cotidiano. Assim como o exercício do jogo de xadrez requer que se opere com peças ou sinais perduráveis, objetos do mundo cotidiano que estão ali, indiferentes ao jogo, o exercício do capital demanda um conjunto de atividades que escapam à linguagem do sistema. Esse traço será muito importante para a dialética que se ancora na identidade da identidade e da diferença entre relações de produção e forças produtivas, e fundamental para o estudo da racionalidade do próprio sistema. Mas desde logo se percebe que o sistema simbólico e as práticas que o sustentam estão travadas por formas a priori que vão muito além das meras determinações proposicionais ou representativas. O funcionamento do modo de produção capitalista está travejado por regras reflexionantes que, ao se confirmarem por seus resultados, de um lado, requerem outras atividades necessárias ao seu desempenho, de outro, depositam na natureza um saber que inviabiliza seu movimento circular contínuo.

4.3. Trindade dos objetos-signos

Marx estuda o desenvolvimento das categorias do capital a partir da sequência Dinheiro/Mercadoria/Dinheiro-Aumentado (D – M – D'), tratando de mostrar como a reflexão desse processo vai clivando os termos simples,

conforme suas possibilidades de se projetarem uns em outros formam oposições e contradições, que representam obstáculos naturais e sociais a serem superados e integrados no seu movimento circular de reposição. Desenha assim, a partir de seus elementos simples, a gênese daquelas categorias complexas que operam na superfície da experiência capitalista. Para abreviar, vamos esboçar o caminho inverso, tomando as categorias mais superficiais, embora complexas do ponto de vista lógico, e investigar como apontam para seu fundamento.

O capitalista individual relaciona de imediato sua produção a seus custos, ao quanto ele paga pelos fatores que mobiliza para obter mercadorias a serem vendidas no mercado. Mas para compreendermos o lado místico dessa riqueza geral é preciso *ir além* do encantamento e da inversão que se dá no nível das trocas mercantis, do mero fetiche das mercadorias. Os indivíduos participam dessa riqueza social conforme *eles* próprios são *proprietários* de um pedaço dela, a qual surge então como totalidade representada coletivamente. O conjunto dos atores principais do sistema se diferencia, pois, da seguinte maneira: o primeiro grupo se dirige diretamente para um ramo produtivo esperando que seu investimento lhe propicie *lucros*; o segundo aluga sua terra ou sua casa na expectativa de obter *renda*; o terceiro vende sua força de trabalho por *salário*; o quarto compra mais barato para vender mais caro, retirando para si *lucro comercial*; e o quinto, finalmente, deixa seu dinheiro no banco, na certeza de mais tarde receber *juros*. O capital enquanto processo de autovalorização se *diferencia*, pois, à medida que produz lucro, renda, salário, lucro comercial e juro, em suma, diferenciações quantitativas que identificam as atividades desenvolvidas por grupos de atores. Como veremos logo adiante, essas figuras não possuem os mesmos graus de independência, sendo lucro, renda e salário as três categorias principais. Mas agora não insistiremos nesse ponto, pois, sem a dedução a partir do simples, a diferenciação se faz empiricamente. Importa-nos apenas sublinhar que a busca do lucro marca a intencionalidade da reflexão do capital como um todo. Em vista *dessa* intenção imediata que visa a seu fundamento, a totalidade aparente do novo capital obtido se distribui segundo três vias elementares:

No capital/lucro, ou melhor, no capital/juro, na terra/renda fundiária, no trabalho/salário, nessa trindade econômica, enquanto conexão das partes constitutivas do valor e da riqueza em geral juntamente com suas fontes, completa-se a mistificação do modo capitalista de produção, o

crescimento conjunto e imediato das relações materiais de produção com suas determinidades sociais e históricas: o mundo encantado, invertido e posto de cabeça para baixo, onde Monsieur le Capital et Madame la Terre, como caracteres sociais e de modo igual e imediato como meras coisas, impulsionam seu espectro [K, III, 25, 858].

O fetiche do capital, sujeito universal, substância mística pondo-se a si mesma na sua diferenciação, perfaz-se nessa trindade distributiva, onde a identidade da riqueza surge de imediato por meio de três fontes, o capital, a terra e o trabalho, alimentando os rios caudalosos do juro, da renda e do salário. Estes desenham o mapa-múndi de ações efetivadas em vista do panorama de ilusões necessárias, cujo produto, porém, é a riqueza capitalista. Sem essa dualidade entre atividade e padrão de comportamento projetado como princípio dela, como razão de seu ser, a objetividade do capital se dissolveria no ar. Mas desse modo a distribuição não aparece como responsável pela produção?

Por certo o dinheiro se torna autônomo diante de todos os sistemas produtivos em que impera a produção de mercadorias (K, III, 25, 532). No entanto, cabe lembrar que o capital-dinheiro (*Geldkapital*) é particularmente fictício, na medida em que alimenta a ilusão de que sua mera existência possui a virtude de produzir juros. Mas esse fetiche não teria subsistência se, de um lado, não fosse alimentado por ações reiteradas, de outro, não se mantivesse graças a relações formais em que cada figura se imbrica numa gramática totalizante, conformando a carapaça das relações sociais de produção. Só assim o fetiche do capital-dinheiro, forma complexa do fetiche do capital, se diferencia de uma alucinação subjetiva. E tal estrutura se resolveria na reiteração de seu lado místico, se não se revelasse como aquela *identidade* da aparência que se liga à *atividade* de conformar coisas e, por esse esforço, diferenciar-se. Isso ocorre além da mera superfície expressiva, pois só assim a reflexão do capital se resolve num *processo* produtivo no sentido mais lato. Sem congeminar ações determinadas e gramática da ilusão, o materialismo de Marx se converteria numa caricatura, em que o fetichismo da mercadoria resumiria a complexidade das manifestações do capital numa única fórmula simplificada. Mas a estruturação do dinheiro e aquela do capital são diferentes, seu processo de diferenciação, diverso. Basta, para perceber essa diferença, levar em conta que, no modo de produção simples de mercadoria, as alterações de produtividade do trabalho estão pressupostas, enquanto no capitalismo são

ênbolo do processo. Não atentando para essa diferença, volta-se à dialética hegeliana e rebate-se a potência constituinte do trabalho para o lado do Conceito, de sorte que, ao reunir universalidade e substância, o fetiche, enclausurando as representações dos agentes, se transformaria na efetividade da Ideia. Na verdade, o processo de reificação, a projeção das relações sociais nas coisas sociais, consiste precisamente nesse esvaziamento da base técnica e do processo efetivo do trabalho, de tal maneira que o comando concreto que o capital exerce sobre ele aparece como se resultasse do processo místico de autovalorização do valor. Dessa óptica, os três modos originários de distribuição, ligando-se a momentos do processo produtivo – capital, terra e trabalho –, tornar-se-iam responsáveis por todo esse processo de autopoção, como se proviesse da particularização do Conceito.

4.4. Espelhamento da base técnica na expressão valor

A lógica de Marx cairia nas armadilhas da lógica especulativa se não se demorasse na destruição desse engano, se não retrocedesse para o nível mais profundo, em que operam os processos sociais efetivos pelos quais a proporcionalidade entre o trabalho morto e o trabalho vivo passa a ser traduzida em termos da proporcionalidade do cálculo operado pelos agentes. Ora, isso só pode ser compreendido se a composição desse mesmo capital revelar seu duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que esse capital se reparte em capital constante, valor dos meios de produção, e capital variável, valor da força de trabalho. Da perspectiva da matéria, porém, cada capital se divide em meios de produção e força viva do trabalho ligados numa devida proporção; de um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, de outro, o montante de trabalho exigido por seu emprego. De uma parte, composição-valor, de outra, composição técnica do capital, ambas em estreita correlação. E a composição-valor, enquanto é *determinada* pela composição técnica e à medida que *espelha* suas modificações, constitui o que Marx denomina composição orgânica do capital (K, I, 23, 640).

Deixar de atentar para esse processo efetivo de espelhamento e separar, de um lado, o esquema do trabalho e, de outro, o procedimento do fetiche, como querem alguns, resulta em perder precisamente os elos intermediários que dão sentido ao processo, em tomar apenas as duas

pontas do movimento como um todo, atribuindo-lhes por fim maior autonomia do que possuem na realidade. Sem essa mediação, perdem-se as peculiaridades do fetichismo do capital, que se vê reduzido à forma primitiva do fetiche da mercadoria. E nada mais simplório do que imaginar que as expressões mais complexas da cultura contemporânea possam se encaixar nesse esquema elementar, em suma, emprestar ao fetichismo da mercadoria o que é devido ao fetichismo do capital, como se a mera mercantilização da força de trabalho pudesse oferecer a chave para compreender as figuras mais complexas da vida cotidiana de nossos dias.

Cabe então insistir nessas determinações recíprocas e examinar como as pontas da distribuição – lucro, renda e salário –, se na verdade desenham o mapa da consciência capitalista, só se mantêm como aparência articulada do movimento mais profundo de projetar a composição técnica, o lado material do processo produtivo, na composição orgânica do capital. Conforme esse processo se desenvolve, mais longe o capital parece ficar dos meios produtivos que ele mobiliza, particularmente dos diversos atos de trabalho que o compõem. Isso se compensa pela ilusão de que o processo produtivo se efetivaria como se estivesse estruturado pelos três momentos dos processos singulares de trabalho: atividade orientada (trabalho), instrumento (capital), objeto (terra). Tudo se passa como se os processos produtivos seguissem a mesma matriz.

No que consiste essa determinação, esse espelhamento? Não se dá, por certo, como se os elementos da base técnica e do trabalho fossem diretamente remetidos para o plano do valor, graças a um método de projeção adotado previamente. Não ocorre, por exemplo, mediante procedimento semelhante àquele pelo qual a sequência das estações do metrô se exprime nos pontos coloridos de um segmento de reta. Uma expressão de valor não *afigura* a realidade que ela exprime, pelo contrário, o espelhamento se faz pela projeção da proporcionalidade da base técnica, válida entre os meios de produção e a força viva de trabalho, para o plano de suas expressões como capital constante e capital variável, identidade marcada por uma contradição. Para se mover uma quantidade de meios de produção é preciso empregar certa quantidade de trabalho vivo, por exemplo, tantos teares requerem a operosidade de tantos trabalhadores. Mas essa congeminção é *calculada* pelo capitalista como a soma dos preços que ele paga por esses meios e pelos salários, as duas partes, portanto, sendo colocadas no mesmo universo homogêneo.

Vejamus isso mais de perto. Um fabricante de tecidos reúne, *grosso modo*, quantidades diversas de fios, teares e trabalhadores. O produto final se iguala à soma da quantidade de fios, mais a parcela da quantidade dos teares gasta nesse ciclo, acrescida finalmente da quantidade das horas de trabalho, todas as três multiplicadas respectivamente pela unidade de seus preços relativos. O modelo simples desse processo estabelece uma correspondência entre cada fator e sua expressão algébrica. Continuando na tradição hegeliana, Marx, porém, recusaria esse tipo de abstração, pois os elementos precisam, além do mais, provar-se reprodutíveis e trocáveis, necessitando, pois, estar unidos para compor um processo produtivo permanente, que por sua vez só se move com a finalidade de produzir excedente econômico. A síntese dos fatores se faz, portanto, tendo como fundo processos efetivos de trabalho, os quais, sendo reprodutíveis e trocáveis, são abstratos e homogêneos. Tanto os fios como os teares devem ser vistos dessa perspectiva que articula a *razão* de todo o sistema. Daí a necessidade de cada fator apresentar-se como parcela do valor total do produto total, sendo desprezadas todas aquelas atividades que não conseguem se exprimir socialmente nesse encadeamento de valores. No entanto, se a finalidade de toda atividade produtiva é produzir mais-valor, se, de todas as parcelas de valor que se integram no produto final, somente o valor da força de trabalho, por causa da efetivação por seu valor de uso, é capaz de criar mais-valor, então unicamente a parte do valor crescente constitui o fundamento, a razão do processo. Noutros termos, a parte do valor não pago a um dos fatores, correspondente a um trabalho efetivo não pago, move o processo reflexionante, de sorte que a expansão ou retração do capital como um todo determina a absorção ou expulsão da força de trabalho do conjunto do sistema produtivo. Como explicita Marx: “São esses movimentos absolutos da acumulação do capital que se refletem como movimentos relativos na massa da força de trabalho explorável e, por isso, parecem se dever ao movimento próprio desta última. Para usar uma expressão matemática, a grandeza da acumulação é a variável independente; a grandeza do salário, a dependente, e não o contrário” (*K*, I, 23, 648; trad., 2, 192).

Vale a pena demorar no sentido desse “refletir” (*widerspiegeln*), pois ele indica a chave do método de projeção das forças produtivas nas relações de produção. O modo de acumular marca o ritmo de todas as atividades que dispõem as mercadorias para a síntese do trabalho. As variações do capital disponível determinam as variações da massa de trabalho integrada; por sua

vez, seu volume determina a quantidade das forças produtivas sendo mobilizadas segundo suas conexões técnicas. Estas últimas serão adequadas ou não ao movimento autônomo do capital, que assim se torna êmbolo e limite de todo o processo. Mas sem a *tradução* dessas forças em termos de valor elas não têm meios de ser postas em exercício. Não há dúvida de que o capitalista opera com preços de mercado, cujo vínculo com os valores respectivos talvez não seja possível calcular; importa-lhe economizar o custo dos fatores, sobretudo pressionando para baixo, quanto puder, o salário, a variável que lhe parece dependente. Mas, do ponto de vista do sistema como um todo, o trabalho morto coagulado nos meios de produção somente pode ser repostado e movimentado ao entrar em contato com o trabalho vivo numa *determinada proporção*, constituída pelo próprio mercado de capitais. Nessa altura da análise, está se pressupondo que este seja concorrencial e que, no final do ciclo produtivo, haja excedente econômico. É *pressuposto* permanente da produção capitalista que certa quantidade de tempo de trabalho imediato se confronte com a quantidade de trabalho congelado nos meios de produção, mas esse pressuposto é repostado mediante a intervenção da atividade de vários agentes ajuizando suas possibilidades de ação e igualmente mediante o peso do capital fixo que se avoluma conforme o processo produtivo se reproduz. Ora, até que ponto esse pressuposto quantitativo será posto em xeque por essa reiteração?

4.5. Sentidos roubados

Atentemos primeiramente para os agentes responsáveis pela produção da riqueza capitalista e que atuam tendo em vista leis a eles se impondo como segunda natureza. Por que a reflexão do capital os *determina* como se fossem *suportes* de um processo cujo sentido lhes escapa? Vejamos como se dão os processos sociais pelos quais se realiza socialmente a composição orgânica do capital. Os agentes se apresentam desde logo como proprietários de mercadorias, mas igualmente como proprietários de partes do processo produtivo, meios de produção, terra, dinheiro, e força de trabalho, que somente se dispõem para o real se a propriedade inicial for valorizada. Note-se que isso também vale para os assalariados, que cuidam de transformar sua mercadoria em dinheiro. Já na estrutura mais simples, vigente entre produtores de mercadoria, as primeiras trocas somente podem deixar de ser *acidentais* quando encontram o padrão do equivalente geral e passam a ser feitas mediante o dinheiro já constituído

(K, I, 23, 102). Do mesmo modo, os trabalhadores só colocam suas respectivas forças de trabalho sob a forma de valor depois que estas forem reiteradamente trocadas. Mas, na medida em que conformam sua força de trabalho para a troca, eles ficam impedidos de perceber a relação de dominação a que se submetem. A exploração se oculta ao assumir a forma de troca de equivalentes, da qual se torna privilégio participar. E só obtém emprego quem está livre das peias das sociabilidades pré-capitalistas ou é capaz de enfrentar a concorrência feroz de outros desempregados.

Do lado dos capitalistas, a propriedade do capital, mesmo quando se encontra efetivamente sob forma da posse de meios de produção, virtualmente sempre se coloca sob a forma de dinheiro, que se valoriza aparentemente se for investido na terra, na fábrica, no comércio, num serviço etc. ou aplicado no mercado financeiro. Essas opções estão no nível da vontade e do cálculo dos capitalistas individuais, sendo que agem, pois, tendo em vista taxas de retorno previamente representadas. Mas essa equivalência representada das opções é falsa da óptica sistêmica, porquanto no todo não se realizariam se parte considerável dos agentes não se inserisse na diversidade reflexiva do capital produtivo. É impossível todos ganharem investindo dinheiro a juros. No fundo, deve haver uma fonte de valor alimentando essa distribuição da nova riqueza social gerada. Isso significa que o sentido de cada ação é roubado pela maneira como ela se efetiva no contexto gramatical de outras ações. O sentido subjetivo de cada comportamento – e aqui subjetivo não diz respeito apenas ao lado mental, mas ainda àquela maneira pela qual uma representação se liga a uma categoria que se personifica na superfície das relações de produção – vai sendo subvertido pelo sentido que os produtos vão adquirindo na configuração de um processo total responsável pela reposição do sistema em funcionamento. No horizonte Marx está sempre imaginando que essa subtração de sentido das ações dos representantes de cada categoria do sistema será integralizada pela categoria de capital social total, quando todos os agentes, no que respeita ao lado representativo e gramatical de seus comportamentos ligados às suas respectivas propriedades, estiverem sendo subsumidos ao movimento de perequação da taxa de lucro, vale dizer, da uniformização do processo de autovalorização. Em poucas palavras, a reposição do pressuposto quantitativo, a despeito da ramificação crescente dos incidentes mediadores, estaria assegurada pela identidade congelada do capital como substância capaz de se autovalorizar e de encontrar sua própria medida.

Convém demorar-se no que estou chamando subtração de sentido. Os agentes agem efetivamente, de acordo com certos parâmetros vigentes, diante das opções que lhes são oferecidas; suas ações por sua vez resultam respectivamente em lucro, renda ou salário, ou ainda numa das configurações derivadas dessas categorias elementares da diferenciação do capital. Mas para que o representado na ação real seja logrado é preciso que certas mediações também se realizem, as quais em contrapartida vão dando sentido diferente ao sentido visado e aparentemente obtido, conforme elas ligam os *produtos* àqueles processos que os conduzem a seus respectivos destinos sociais. Os meios de produção devem, em última instância, estar vinculados a processos de trabalho que, por sua vez, somente se efetivam se forem, primeiramente, postos sob forma-valor, depois, integrados no processo mais geral de autovalorização do valor. Mas o arredondamento dessa reflexão está supondo falsamente, primeiro, que o caminho da mediação não esteja criando atritos e deixando rastros, os quais, por fim, viriam pôr em xeque a mensuração representada e requerida; segundo, que a formação de cada agente como suporte da nova categoria seja capaz de evitar que esse indivíduo se comporte de modo inadequado. Não reside aqui a chave da ilusão daqueles que acreditam no ajuste contínuo da oferta e da demanda, conforme a lei de Say? A mera intervenção de nova categoria – no caso mais simples, a troca de mercadorias passando a ocorrer em virtude da mediação do dinheiro – abre o espaço restrito de uma ação incorreta. Por isso Marx encontra a matriz *formal* da crise, já no modo de produção simples de mercadorias, na possibilidade de interromper a cadeia M – D – M, quando, por exemplo, alguém entesoura dinheiro e bloqueia sua capacidade de pagamento, impedindo assim a finalização do valor. Desse modo, oferta e demanda ficam sem poder de efetivação (K, I, 23, 128; *TMW*, 3, 510). É de notar, porém, que o comportamento certo e aquele errado não de ser julgados no nível em que a razão da troca se efetiva. Se outras indagações sobre a racionalidade do sistema são possíveis, não é por isso que sua racionalidade pode ser avaliada do ponto de vista da reflexão exterior.

No entanto, assim como a cristalização da sequência M – D – M oculta para a representação dos agentes a primeira possibilidade formal da crise, criando a ilusão de que o processo reflexionante se faz sem risco e sem solução de continuidade, também a formalização das relações do capital com o lucro, da propriedade fundiária com a renda, do trabalho com o salário cria a ilusão de que lucro, renda e salário nada mais seriam do que resultantes

naturais do processo de trabalho. Se o aumento da riqueza aparece como processo natural, também é natural que cada trabalho receba sua remuneração. As relações profundas responsáveis pelo movimento de cada categoria do capital como um todo, porque o sentido de cada categoria está sendo roubado pelo movimento de seu produto, aparecem então exclusivamente como se fossem determinadas tão-só pelos momentos do processo de trabalho, isolado de seu movimento de socialização. Tudo se passa como se a reflexão do capital estivesse sendo mobilizada pelo esforço do assalariado, do capitalista e do proprietário fundiário, representantes dos três momentos do processo de trabalho. A racionalização da exploração irracional do trabalho alheio aparece, pois, como atividade racional em relação a fins.

Graças a esse movimento e a essa ocultação, fecha-se, do lado gramatical, o processo de exprimir forças produtivas em relações sociais de produção. Vimos que ele se inicia com a constituição do valor, quando forças produtivas passam a ser medidas pelo tempo socialmente necessário à sua reposição, medida que, na sua completude ilusória, oculta tanto as diferenças de produtividade do trabalho individual como as próprias atividades sob a capa de uma coisa sensível/suprassensível autopropone. No circuito do capital, as forças produtivas determinam-se pela composição técnica desse capital e se exprimem sob a forma de sua composição orgânica; esta expressa na forma de valor a proporcionalidade daquela. No final desse processo de determinar o sentido das atividades dos proprietários dos respectivos meios de produção, as atividades dos principais agentes do modo de produção capitalista se determinam como se nada mais fossem além de operações empreendidas por eles em vista da obtenção de um valor. O jogo de linguagem do capital aparece, pois, articulando uma sequência de figuras significativas que oculta os significados mais profundos ligados à contradição capital-trabalho.

4.6. Constituição das individualidades sociais

O sentido social das ações por meio das quais as categorias mais simples do sistema estão sendo repostas vai se perfazendo à medida que outras ações passam a repor as novas categorias esboçadas pelo desdobramento lógico das primeiras. Mas na esteira desse movimento de determinação de ações também os indivíduos se determinam. Se o desenvolvimento dos conceitos econômicos, vistos criticamente, consiste na

projeção de todos esses comportamentos no movimento dos produtos-valores, os indivíduos agentes também se desenham, antes de tudo, como personagens, máscaras, portadores desses conceitos. No entanto, a ação é anterior a seu conceito. “No seu embaraço os nossos possuidores de mercadoria pensam como Fausto. No início era a *ação*. Por conseguinte já agiram antes de ter pensado” (K, I, 23, 101). Isso não implica, porém, que essas ações não pareçam se resolver em pensamentos, pois no final são determinadas praticamente pelo movimento objetivado na categoria, ocultando assim, no relacionamento entre os signos-valores, a atividade efetiva que se exerce por meio deles. Ao cumprirem, entretanto, a tarefa de resguardar as categorias, os agentes ainda mantêm entre si relações de *reconhecimento*, no interior do circuito dos signos no qual tais relações se projetam:

Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um somente de acordo com a vontade de outro – portanto, cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos –, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, se reconhecer reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da própria relação econômica. As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes e, por isso, como possuidores de mercadorias (K, I, 23, 99-100; trad., I, 79-80).

Esse texto, que se refere à troca mercantil, não deve ser estendido às trocas mais complexas do capital? Assim sendo, a atividade do agente não se resume a carregar a categoria. Imediatamente depois de examinar a constituição do objeto sensível e suprassensível do valor, Marx trata, como dirá em outras passagens, de corrigir o matiz idealista de sua análise. Voltando-se para o ato efetivo da troca, cuida de mostrar como as relações projetadas no produto alienado continuam operando para sustentar a forma e seus movimentos de posição. E o faz sublinhando que os agentes, embora na qualidade de suportes de categorias, ainda mantêm entre si relações de vontade, de caráter jurídico, mesmo sem estarem formuladas por estatutos legais. Esse contrato prático, travado por juízos práticos, é a contrapartida cotidiana à idealidade alienada do valor e demarca o terreno daquelas ações sociais efetuadas por aqueles personagens que foram liberados de outras

formas de sociabilidade. Depois de armado esse conteúdo, tecido pela trama do condicionamento econômico, torna-se então possível formulá-lo em lei promulgada. Os agentes são tanto promotores da categoria valor como mantenedores de relações de *reconhecimento* que os especificam como proprietários coagidos juridicamente, obrigados a respeitar a propriedade alheia, cujo caráter privado encontra seu sentido no intervalo da troca de valores. O exercício da vontade não põe assim o eu no objeto, mas se dá no reconhecimento intersubjetivo em que cada eu se define primeiramente como aquele que reconhece o outro e a si mesmo como proprietário, não de coisas, mas de objetos sensíveis e suprassensíveis. Desse modo, se a primeira condição formal da crise consiste na interrupção da sequência M – D – M, mediante o ato inadequado de entesourar, é porque no nível da práxis alguém está preparado e educado para aplicar a relação jurídica relativa a um novo tipo de propriedade. Convém notar que, se o estado capitalista, como categoria econômica, intervirá somente num momento muito posterior do desenvolvimento dos conceitos, não é por isso que não tem suas raízes em processos muito simples responsáveis pela armação do valor.

Esse exemplo não indica como são complicadas as relações de infra e superestrutura? Relações infraestruturais requerem que os agentes se reconheçam entre si conforme atuam neste ou naquele ponto da estrutura demarcada logo de início pela divisão do trabalho. Mas esse reconhecimento, ao ser feito pela mediação do signo-valor, que coloca os agentes no plano de uma troca equitativa, serve para encobrir a luta específica travada por eles. No caso das trocas mercantis, aquele combate que exclui do mercado os produtores menos produtivos; no caso da venda e compra da força de trabalho, a dominação implícita do capital na qualidade de comando sobre o trabalho alheio. Desse modo, o reconhecimento tácito nessas relações de poder formula uma igualdade que oculta o poder efetivo, sustentado pela apropriação dos meios de produção, cuja violência é encoberta em virtude de estar mediada por relações contratuais que articulam a troca de valores. Precisamente o contrário do que ocorre na dialética hegeliana do senhor e do servo, quando a luta é superada pelo reconhecimento de que o outro, depois de ser educado no serviço do trabalho, além de vencer a última batalha, traz à luz sua superioridade espiritual. Para Marx a legitimidade do poder oculta uma violência originária, específica de um dado modo de produção.

Percebe-se que as relações de propriedade constituem a outra face da moeda em que estão cunhadas relações sociais de produção. Mas essas estruturas congeladas nada seriam se não fossem sustentadas por ações concretas de indivíduos que, além de carregar os andores por onde circulam as categorias do capital, ainda se determinam e se educam como atores capazes de desempenhar suas respectivas funções. É preciso separar os dois planos em que a análise se processa. No primeiro, os símbolos pelos quais a expressão valor se desenvolve vão revelando suas relações gramaticais, internas, um objeto se projetando no outro como sua regra, a demarcar assim o mapa das diversas formas desse sistema expressivo. De novo encontramos, no plano mais complexo do capital, a história contemporânea da mercadoria. No segundo, apresentam-se as ações e as individualidades requeridas e necessárias para sustentar tais formas significativas, as maneiras pelas quais indivíduos em circunstâncias históricas determinadas vão se conformando a fim de manter o mapa determinante. Note-se que operam duas reflexões. Primeiramente, aquela da gramática que mostra o desdobrar contraditório das determinações valor de uso e valor de troca, mas que *determina* seu modo de apresentação, fazendo dos indivíduos suportes das formas, agindo, de um lado, à medida que os sentidos subjetivos estão sendo roubados por um sentido social que deles escapa; de outro, tomando consciência da interação especificada no seu respectivo nível. Para que as regras possam ser seguidas, é preciso que os próprios indivíduos se reflexionem e se determinem como pessoas, proprietários dotados de vontade e tomando consciência do caráter contratual de seus atos. Para poderem seguir a regra fetiche, virem a ser efetivamente compradores e vendedores, os agentes devem desenvolver determinações próprias, conformar-se para poder cumprir seus papéis. Em resumo, a *determinação* dos agentes como suportes, casos da categoria, ainda se associa à sua *reflexão* como proprietários capazes de estabelecer entre si relações contratuais. No entanto, se a *representação* das forças produtivas e a *apresentação* das condições necessárias para manter a face categorial, nos primórdios de um modo de produção, caminham harmonicamente, a despeito da luta interna que a forma oculta, crescem paulatinamente as forças sociais que excedem sua forma social até que se instale o período revolucionário. Então novas reflexões abririam o caminho da história.

Encontra-se o mesmo tipo de análise no fim d' *O capital*: depois de ter descrito as três formas de rendimento e de suas fontes, Marx investiga

como se especificam os proprietários da força de trabalho, do capital e da terra. Eles se conformam e se apresentam como membros das três classes fundamentais do sistema. Mas infelizmente esse capítulo não foi terminado. No entanto, as páginas iniciais indicam que uma classe não se constitui exclusivamente pelos indivíduos alinhados segundo o mesmo tipo de rendimento, como se essa forma cunhasse diretamente um conteúdo. Assim como na troca mercantil os atores não se determinam apenas como compradores e vendedores, pois desse modo uma regra estaria sendo transposta para o plano da ação ignorando a mediação do fetiche, também as relações mais aparentes do sistema capitalista não servem de imediato como parâmetro para determinar a identidade dos agentes coletivos. Não foi esse tipo de projeção, entretanto, o grande erro do marxismo vulgar? Se o mesmo tipo de rendimento determinasse uma classe, médicos e funcionários constituiriam classes diferentes, tudo dependendo do nível de desagregação em que o grupo fosse considerado (*K*, III, 25, 892). A problemática das classes não se resolve, pois, na mera descrição de grupos de indivíduos movidos por interesses confluentes, em contraposição àqueles de outros grupos. É notável que a determinação de suas respectivas identidades não seja capturada pela descrição empírica dos interesses, daí sendo deduzido o tipo de ação daqueles que procuram realizá-los. Pelo contrário, antes de tudo se descreve o desenvolvimento das categorias, da forma de objetos-ideogramas, enfim, das regras pelas quais os atores se pautam, mas sublinhando a inversão de sentido porque passam as formas expressivas mais simples conforme vão se tornando mais complexas. Quando se atinge o ponto culminante da autonomização dessas formas, a autonomia relativa de cada uma se completa quando as formas de distribuição aparecem como se fossem momentos do processo de trabalho. Mas, nesse movimento de parecer cunhar a atividade correspondente, os agentes precisam determinar-se reflexivamente para serem capazes de mover a forma expressiva que lhes corresponde. Assim como compradores e vendedores de mercadorias devem pôr em movimento suas próprias vontades, igualmente operários, capitalistas e proprietários fundiários necessitam, além de colocar em movimento as determinações que já possuem enquanto operam com valores, desenvolver outras determinações que os capacitem a valorizar suas respectivas propriedades. A determinação em si se completa com determinações para si. Nada mais falacioso, portanto, do que a análise sociológica que liga interesse a conhecimento, pois o reconhecimento do indivíduo como membro de um grupo passa pela

mediação de objetos-signos, os quais, se, de um lado, pedem que sejam reconhecidos e levados em conta, de outro, servem para encobrir a violência responsável por esse tipo de relação social.

É nesse nível das condições requeridas para o funcionamento da estrutura que a problemática das classes deve ser colocada, pois só assim o estatuto ontológico do fenômeno haverá de ser compreendido. Uma classe não é um agrupamento de indivíduos nos quais se ressaltam certas notas características, tampouco o grupo daqueles indivíduos que recebem uma mesma forma de rendimento e têm interesse em mantê-lo. Os atores se constituem em classe à medida que se conformam para efetivar essa forma, para conseguir colocar sob a forma de valor (*verwerten*) a força de trabalho, o capital e a propriedade da terra (*K*, III, 25, 893). A contradição entre o capital e o trabalho não se realiza, pois, sem essa conformação de agentes coletivos e, particularmente, sem esse deslocamento do processo de representação. Note-se que essa conformação não segue o mesmo caminho para quem apenas exerce seja o capital indústria ou a renda, seja o salário; para este último a forma é valor e exercício desse valor no confronto direto com a natureza. No nível mais elementar, um valor de uso encontra noutros seus valores de troca, o vendedor o vê *como* caso do valor. No nível mais complexo, até o trabalhador vê sua força de trabalho *como* algo a ser posto sob a forma de valor no contexto mais amplo de autovalorização da riqueza social. No entanto, vê também seu trabalho para obter salário *como* se fosse momento do trabalho coletivo de que participam igualmente capitalistas e proprietários fundiários. Mas, para que essa representação se torne efetiva, o trabalhador ainda se vê *como* associado a outros trabalhadores, embora em concorrência com eles, tratando, por conseguinte de perfazer tais vínculos. A gramática mais complexa do capital constrói uma ilusão necessária, ao mesmo tempo que abre para os protagonistas a possibilidade de tomar consciência de suas respectivas situações; estas estão demarcadas por formas de sociabilidade que se praticam antes de que sejam cientes. Esse complexo de ilusões necessárias e práticas correspondentes se estabilizaria num organismo harmônico, a contradição entre as determinações gramaticais se colocaria como oposição entre grupos sociais atuantes, escondida, porém, sob o manto das identidades da forma-valor e do contrato, se todo o processo não fosse sacudido por crises intermitentes. Mas seus efeitos, em vez de conduzir tais grupos ao exercício de práticas, cuja articulação propiciasse tomar consciência de suas respectivas

individualidades sociais no conjunto do processo de produção, vale dizer, do papel que cada um cumpre no movimento de exploração do trabalho, tendem, como veremos em seguida, a solapar o próprio processo de individuação desses agentes coletivos. Sem a crise, a ilusão se fecharia na boa infinidade do absoluto aparente, e o saber prático-teórico da ilusão se confirmaria como espécie de reino animal do espírito. Mas vamos mostrar que ela termina por afetar o próprio processo de exprimir forças produtivas em relações de produção, sem, entretanto gerar nessas relações as prefigurações consistentes, do ponto de vista prático, capazes de gerar novo sistema. Porque, em suma, a estruturação antiga não promove outra capaz de exprimir as novas forças produtivas, fibrilam as articulações do modo capitalista de produção, sem que se realizem as esperanças de Marx de que o novo já estivesse inscrito no velho. Sua racionalidade será posta em xeque sem que um grupo social se individualize como proletário e assuma a responsabilidade pela demolição do sistema. Este não é o preço que Marx teve de pagar por ter tido a coragem de fazer do absoluto uma ilusão necessária?

4.7. Obstáculos ao método de projeção

Estamos tentando, depois de sublinhar a importância daquela dualidade que já aparece no início d' *O capital*, entre a análise genética da *expressão-valor* e a descrição da *atividade* da troca, compreender como o estudo das formas dos rendimentos, da trindade lucro, renda fundiária e salário, deve ser completado pelo exame das ações com sentido capazes de sustentar o movimento dessas formas. Mas também cumpre indicar como essas ações, pelas quais as categorias se realizam socialmente, implicam conformar individualidades sociais. No nível da circulação simples, elas se formam como pessoas dotadas de vontade e capazes de manter relações contratuais; no nível mais complexo do modo capitalista de produção, essas mesmas pessoas ainda tendem a se socializar em classes, aliadas para manter a carapaça categorial, travejada por contradições à medida que suas ações têm seus sentidos roubados por um processo objetivo de circulação de produtos-signos, responsável pela ruptura daquela equidade pressuposta na troca mercantil. O que acontece, entretanto, com os elementos simples desse jogo simbólico?

No modo de produção capitalista o desenvolvimento da produtividade do trabalho deve necessariamente exprimir-se numa

estruturação do valor, de tal maneira que a taxa média da mais-valia corresponda a uma taxa de lucro declinante. O que determina essa taxa de mais-valia? A proporção entre a mais-valia produzida e o capital variável empregado. Se para R\$ 90,00 de salário exercido se obtiver R\$ 90,00 de mais-valia, a taxa é de 100%, mas se o mesmo salário produzir R\$ 180,00 a taxa é de 200%. Se, em vez dessa mais-valia ser referida ao capital variável, ela o for ao capital global, então passa a funcionar como lucro e a relação da mais-valia com esse capital global vem a ser a taxa de lucro. Visto que o aumento da produtividade do trabalho provoca o crescimento contínuo do valor do capital constante, permanecendo constante a taxa de mais-valia, a taxa de lucro decrescerá proporcionalmente. Em princípio, sendo que, com o desenvolvimento tecnológico, aumentaria o valor do capital constante em relação ao capital variável, único responsável pela produção de mais-valia, posto que diversos setores de produção, cada um operando com sua própria composição orgânica, terminariam por igualar suas diferentes taxas de lucro numa taxa comum a todo o sistema, esse crescimento contínuo da produtividade do trabalho *se expressaria* na tendência decrescente dessa taxa de lucro comum e na formação de uma população excedente. Como seria possível esse modo de produção sem o lucro que é sua razão de ser? Por fim surge o êmbolo a empurrar o sistema para a crise final.

No entanto, o próprio Marx estuda como esse esquema se diversifica ao se aproximar da realidade histórica. Em países diferentemente desenvolvidos do ponto de vista capitalista, a taxa de mais-valia oscila na relação inversa desse desenvolvimento. Ainda é possível ocorrer que uma taxa de lucro regional seja calculada integrando fatores reproduzidos fora das condições capitalistas estritas. Mas essa diversidade empírica deveria estar sendo suplantada pela tendência geral do sistema, que haveria de igualar, no nível da expressão, as diferentes produtividades do trabalho. Só assim se manteria a lei segundo a qual, dado um *quantum* determinado de capital social médio, os meios de trabalho (trabalho morto) aumentam de valor em relação à parcela de trabalho vivo (K, III, 25,225; trad., 165-6). No entanto, pergunto, o que aconteceria se diversos setores produtivos passassem a integrar insumos de alta concentração tecnológica, computadores, por exemplo, cujos preços não estariam vinculados ao tempo necessário à sua produção? Basta considerá-los sendo produzidos por empresas que mantenham o monopólio da invenção tecnológica, de sorte que seus produtos têm preço sem ter valor. Um instituto de engenharia

encarregado de desenhar projetos de plantas industriais a serem vendidas no mercado não guarda a sete chaves o segredo da alta qualidade de seus produtos? E não trata de se preparar para, a cada descoberta de seus concorrentes, melhorar ainda mais seu sistema produtivo? É de notar que se trata do monopólio da invenção da óptica do social. Sabemos que uma patente hoje em dia é de curta duração, tal a concorrência que se dá na produção de novos conhecimentos. Além do mais, em geral esse novo conhecimento surge em pequenos centros de pesquisa, mas logo é absorvido por firmas monumentais, ou o pequeno se transforma em monumento, de sorte que uma nova fórmula ou uma molécula se socializam depois de atravessar o enredo gigantesco de uma empresa quase sempre multinacional. Esta é a grande monopolizadora do saber social.

O capital operado nessas condições escapa daquele movimento de peregrinação da taxa de lucro, de sorte que o capital social total fica impedido de se exprimir como identidade reflexionante. Assim sendo, como os mais variados capitais fixos podem encontrar uma medida comum? Nesse caso, a produtividade do trabalho cresceria exponencialmente sem que a lei da queda tendencial da taxa de lucro encontrasse condições de funcionar, porquanto ela perderia a medida homogênea que engloba todos os capitais. Faltar-lhe-ia o método de projeção capaz de exprimir essa força produtiva em termos de valor-trabalho determinado pela totalidade do sistema, pois lhe falta também aquela abstração responsável pela homogeneização de todas as formas de trabalho.

Além do mais, esse modo de representação espera ser capaz de separar nitidamente, no processo de produzira totalidade da riqueza social, de um lado, o trabalho assalariado produtor de mais-valia, por conseguinte, produtivo da óptica do capital; de outro, todas as demais atividades dos vários agentes do sistema, tão-só dividindo entre si essa massa de mais-valia já criada. Sem essa oposição, que empresta o sentido social à rica diversidade dos processos de trabalho, a contradição entre capital variável e capital constante emperra, perde o movimento *interno* de seu desdobramento quantitativo.

O próprio Marx já notara que o crescimento acelerado das forças produtivas provocado pelo capital desarruma aquela proporcionalidade que está no cerne de sua composição orgânica:

O capital é igualmente o constante pôr e o superar da *produção proporcional*. A proporção existente deve ser sempre superada pela criação do mais-valor e do aumento das forças produtivas. Mas a exigência de que a produção deva ser ao mesmo tempo e *simultaneously* ampliada na *mesma proporção* coloca exigências externas ao capital, que de modo algum surgem a partir dele; ao mesmo tempo, o sair da proporção dada num modo de produção empurra todas elas para fora delas e em proporções desiguais (G, 317).

Até que ponto essa desproporcionalidade sistêmica, resultante do avanço tecnológico, não altera os elementos simples desse modo de expressão?

4.8. Inversão do sentido tradicional do trabalho

Examinemos as condições desse emperramento. Para que a tendência declinante da taxa de lucro seja responsável pela implosão do sistema, os capitais mobilizados devem se assegurar de seus processos efetivos de medida. No entanto, o próprio Marx percebe que o desenvolvimento do capital começa a corroer seu método de expressão numérica. Dez anos antes da publicação do primeiro volume d' *O capital*, entre 1857 e 1858, ao redigir os textos hoje conhecidos sob o título *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Marx antevê que esse estranho modo de produção termina pondo em xeque a própria forma elementar da riqueza capitalista, a forma mercadoria na sua expressão valor. Já vimos que aqueles materiais e meios de produção, cujos valores no interior de um dado circuito da produção são diretamente transferidos para o produto, configuram o capital circulante, enquanto aqueles fatores, igualmente medidos em termos de valor, servindo de base para novo circuito, determinam o capital fixo. Graças a *essas* novas operações formais, o trabalho morto, remanescente de um ciclo produtivo, pode conservar sua forma-valor, integrar-se na produção do capital estendida no tempo, permitindo assim que novas forças produtivas sejam subsumidas a ele. O capital fixo se insere no processo de produção porque faz valer *seu* valor de uso como qualquer outro meio produtivo, mas, ao permitir que as ciências se transformem na base tecnológica para o capital, desenha um agente com características próprias. Ao ser integrado na reflexão do capital, o processo de trabalho aparece como material-trabalho (isto é, a matéria-prima sob forma de valor), meio de trabalho e trabalho vivo, valores de uso do capital sendo postos em atividade segundo suas formas (G, 582-3). Enquanto capital fixo, porém,

esse *meio de trabalho* sofre modificações progressivas, transformando-se no “sistema automático da maquinaria”. Suas peças agora se articulam segundo aquelas propriedades abstratas que as ciências nelas encontram, de sorte que um impulso energético mínimo desencadeia um fluxo fantástico de informações inscritas nas coisas. Desse modo, todo trabalho morto incorporado a essas máquinas se determina como se fosse o próprio processo produtivo, diante do qual o trabalho vivo se restringe a vigiar a continuidade do autômato: “O trabalho objetivado aparece de imediato na maquinaria não apenas na forma do produto ou desse produto empregado como meio de trabalho aplicado, mas como a própria força produtiva” (G, 585-6). É de notar que o meio de trabalho se converte em seu objeto, o que subverte por completo toda a racionalidade imposta por esse processo nas suas formas mais simples. Por certo o capital precisa dessa vigilância para dar continuidade a seus movimentos, mas, se pondo socialmente como a produtividade da própria sociedade, relega o processo de trabalho na sua forma mais simples a mero incidente que um dia poderia ser dispensado. “O trabalhador surge como supérfluo, na medida em que sua ação não está determinada pelo carecimento” do capital (G, 586).

Nessa alteração formal, que faz do capital fixo a medida da produtividade da sociedade, convém ressaltar dois aspectos. Em primeiro lugar, o trabalhador se torna supérfluo, porquanto sua atividade está escapando do controle *formal* do capital, embora tudo o que ele faça esteja sendo determinado *materialmente* por ele. Tanto é que constitui o exército industrial de reserva, vale dizer, disponível para o capital conforme suas necessidades. O operário especializado continua sendo empregado por meio da venda e compra da força de trabalho, conforme a nova proporção determinada pela produtividade recém-instalada, sempre em função de fazer aumentar para o empregador a parte de trabalho não pago, mas também esse trabalhador é instrumento de exclusão ao expulsar para o exército industrial de reserva todos aqueles que não estão em condições de competir com ele. Por certo os operários lutam para diminuir a jornada de trabalho ou aumentar o número de turnos que fazem o capital fixo funcionar reiteradamente, mas essa luta permanece subordinada à racionalidade do capital, que só emprega tendo em vista satisfazer suas necessidades de lucro e ocupar espaços estratégicos com o intuito de fazer crescer seus rendimentos. Mas essa identificação dos meios de trabalho com seus objetos traz à oposição capital-trabalho novas dimensões. O capital fixo

aparece como a forma mais adequada do capital em geral, porquanto tudo se passa como se estivesse sempre se relacionando consigo mesmo; em contrapartida, é o capital circulante que se apresenta dessa forma, pois tudo depende dele para se pôr em movimento (G, 586). De um lado, o capital se enaltece a si mesmo como a grande força do progresso social, de outro, promove o trabalho criador da ciência, ou aquele feito por ela, na qualidade de seu grande associado, como se a criação do exército industrial de reserva nada tivesse a ver com ele. Toda a acuidade de Marx se concentra na procura da contraparte organizacional dos operários, o trabalhador social total, que corresponderia a esse novo movimento de integração do capital.

No fundo, porém, a atividade do trabalho, potencializada ao máximo para que dela se extraia mais-valia relativa criada por alguns poucos, se objetiva na progressiva autonomização do desenvolvimento tecnológico sob a forma de capital fixo. A maquinaria organiza o sistema produtivo numa armação automática, da qual o trabalhador participa como elemento consciente, e acelera aquele processo de transformar meios de produção, no que diz respeito até mesmo a seus respectivos valores de uso, em resultados do capital, totalmente separados da atividade do trabalho. As partes da máquina e da organização se ligam por aquelas propriedades mais íntimas que as ciências reconhecem nelas. Essas ciências vêm a ser, desse modo, força produtiva, e o processo de produção distancia-se ainda mais do processo simples de trabalho, já que também suas partes são socializadas por atos de vontade baseados no conhecimento das entranhas do real. O trabalhador converte-se no mero órgão consciente distribuído em diversos pontos de um processo objetivo, unificado pela complementaridade de suas partes, cuja produtividade parece criar a medida daquilo que a sociedade produz. Assim se *inverte* a relação de sentido do trabalho vivo com o trabalho morto (G, 584-5). Esse ponto me parece crucial para o fundamento da racionalidade do sistema produtivo como um todo. Nas novas condições, “a produtividade da sociedade se mede pelo capital fixo, que existe nele sob forma objetivada; em contraposição, a produtividade do capital se desenvolve com esses avanços de que o capital se apropria gratuitamente” (G, 586). Até que ponto a produtividade da sociedade se separa da produtividade do capital? Vindo a ser apenas vigilante de um processo automático, o trabalhador deixa de mediar sua atividade pelo instrumento, pois é o próprio capital fixo que vem a ser produtivo, enquanto o trabalho apenas dá o piparote inicial de um movimento que se faz por si mesmo; ele

se torna supérfluo na medida em que sua ação não está inteiramente conformada pelo empuxo do capital.

No entanto, em virtude do extraordinário aumento da produtividade do trabalho, que provêm antes de tudo do fato da ciência assumir a forma de segunda natureza, as categorias mais elementares do capital começam a fazer água:

Na mesma medida em que o tempo de trabalho – o mero *quantum* de trabalho – é posto pelo capital como o único elemento determinante, igualmente desaparecem o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso –, [esta] sendo quantitativamente rebaixada à proporção mínima, assim como qualitativamente a um momento indispensável, mas subalterno, em oposição, de um lado, ao trabalho científico em geral, aplicação tecnológica das ciências naturais, de outro, à força produtiva geral, proveniente da articulação social da produção total – [produtividade] que aparece como dom natural do trabalho social (a despeito de ser um produto histórico). O capital trabalha, por conseguinte, para sua própria dissolução como forma dominante de produção [G, 587-8].

Graças a um movimento muito parecido com aquele do Conceito, o capital sublinha o trabalho científico e reduz à sua expressão mais simples, mero dispêndio de energia física, a atividade do trabalhador desqualificado. Mas essa clivagem não começa a corroer o funcionamento da lei do valor-trabalho e a colocar obstáculos a seu próprio desdobramento? Por certo o capital mantém a massa de trabalho especificada quantitativamente, um *quantum*, como pressuposto de todas as suas ações, mas o desenvolvimento tecnológico perturba a mensuração efetiva desse *quantum*, o qual, como sabemos, se realiza na outra ponta do processo, na realização do valor pelo consumo em geral. Desse modo, a riqueza social é pressuposta como quantificável sem que sua posição torne esse pressuposto efetivado. Em suma, a dificuldade de transformar valor em preço, encontrada por Marx no seu estudo da perequação da taxa de lucro, mostra-se como um obstáculo intransponível, visto que a quantidade pressuposta fica impedida de se exprimir num único *quantum* social. Isso não põe em perigo todo o desdobramento dialético das categorias, cuja ênfase repousa no processo social da *medida* da riqueza social?

A autonomia do desenvolvimento tecnológico termina por enervar a lei do valor. A medida ilusória, pela qual a produtividade dos trabalhos

individuais encolhe ou se potencializa conforme seus produtos se socializam, começa a fazer água diante da desmedida da potência do conhecimento instalado. Na ponta da Revolução Industrial Marx localiza efeitos no processo produtivo e no mundo cotidiano, provocados pela transformação da Ciência em tecnologia, que somente cem anos mais tarde se tornarão evidentes e assustadores com a revolução da informática. No entanto, em vez da oposição entre o trabalho morto e o trabalho vivo transformar-se em contradição, porque seus polos se disseram de si, de sorte que o positivo do negativo se faria presente, ocorre a reificação do próprio conhecimento num processo automático, em vista do qual as diferentes produtividades do trabalho perdem sua medida universal.

Vejamos esse processo com mais detalhes. A generalização da troca de trabalho vivo por trabalho morto é o último desenvolvimento das relações de valor e da produção baseada nele. Pressupõe permanente aquela massa de trabalho imediato que, conforme a produtividade da grande indústria, vai se acelerando ao se apropriar do progresso tecnológico, passa a criar riquezas progressivamente menos dependentes do tempo e do *quantum* de trabalho efetivamente realizados. Essa criação depende cada vez mais do progresso tecnológico, tendendo a relegar o processo efetivo de trabalho a mero serviço de vigilância e regulamentação da cadeia produtiva. Ocorre, pois, uma desproporção (*Missverhältnis*), um desequilíbrio quantitativo, entre o tempo de trabalho empregado e seus produtos, e outro, qualitativo, entre o trabalho reduzido à pura abstração e a violência dos processos de produção agora empregados. Essa desproporção não é a própria riqueza social em movimento? Em primeiro lugar, ocorre uma transformação de sentido do trabalho vivo. Na sua forma mais simples, mera atividade do indivíduo, esse trabalho se resolve no esforço para alcançar um fim ponderando meios e transformando objetos. Medido pelo valor, passa a integrar a finalidade maior de fazer crescer o bolo da riqueza social. Quando, porém, converte-se na operação de vigilância, como veremos em seguida, vale mais pela forma de associação com outros do que pela relação do indivíduo com o objeto.

Como homem de seu tempo Marx pensa em termos de energia. A manufatura reunira num todo articulado, vários processos individuais de trabalho. A grande indústria, por sua vez, vem dissolver *esses* processos de trabalho e seus respectivos instrumentos num mecanismo autônomo, cujas partes passam a ser associadas por algumas de suas propriedades abstraídas

pelos ciências, reduzindo então a atividade do trabalho ao ato de vigiar e controlar o processo produtivo, mas também vigiada e controlada pela organização científica que o capital lhe destina. Mas, do mesmo modo como na máquina automática circula energia ligada a uma fonte exterior, no complexo das atividades produtivas sedimenta-se a atividade do trabalho na sua expressão mais simples, mero dispêndio de energia corporal. Desse esquema, entretanto, Marx retira consequências muito interessantes a respeito da oposição entre trabalho vivo e trabalho morto e indica como se torna possível pensar essa mesma oposição quando a máquina automática é substituída pela máquina informatizada. Mas, nessa última, uma energia mínima desencadeia fluxos de informação inscritos em estruturas moleculares, cujos efeitos quase nada têm a ver com o impulso inicial. Qual é o sentido então de procurar na diversidade dos processos de trabalho aquele dispêndio de energia que lhes imputa homogeneidade social?

Se já na grande indústria o trabalho morto inscrito na máquina automática dificilmente pode ser considerado homogêneo ao trabalho vivo que o mobiliza, não fica inteiramente perturbado o processo de projeção pelo qual a composição técnica do capital se exprime na sua composição de valor? Para Marx o automatismo tem como consequência transformar a apropriação da força produtiva geral do trabalhador, de *seu* entendimento capaz de dominar a natureza por meio de seu corpo social, no fundamento da produção e riqueza capitalista:

Na medida em que o homem se comporta muito mais como vigilante e regulador do processo de produção, o trabalho já não aparece como encerrado no processo de produção [...]. Já não é o trabalhador que introduz a coisa natural modificada como elo entre si mesmo e o objeto, mas é o processo natural, que ele transformou em processo industrial, que é introduzido por ele como meio entre si próprio e a natureza inorgânica que ele domina. Ele comparece ao lado do processo de produção em vez de ser seu agente principal. Nessa transformação não é nem o trabalho imediato, executado pelo próprio homem, nem o tempo em que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, seu entendimento e sua dominação da natureza por meio de sua existência como corpo social – numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social é que aparece como o pilar fundador da produção de riqueza. O *roubo do tempo do trabalho alheio, sobre o qual hoje se assenta a riqueza*, parece um fundamento miserável se comparado com a nova riqueza gerada pela

grande indústria recentemente desenvolvida. Tão logo o trabalho, na forma imediata, tenha deixado de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa e precisa deixar de ser a sua medida, e, portanto o valor de troca, [a medida] dos valores de uso. O *sobretaxa das massas* deixou de ser condição da riqueza em geral, assim como o *não-trabalho de poucos* [deixa de ser condição] do desenvolvimento dos poderes gerais do cérebro humano. Com isso entra em colapso a produção apoiada sobre o valor de troca, o processo de produção material despe-se ele próprio da forma da necessidade premente e do antagonismo [G, 592-3; trad., 83].

Surpreende a atualidade dessas observações, mas nessa longa passagem ainda encontramos elementos preciosos para nosso estudo da contradição marxista. No núcleo da produção capitalista original residia a troca aparentemente equitativa do trabalho vivo por trabalho objetivo, feita sob o comando do capital, de sorte que, ao ser integrado no processo produtivo, o trabalho se reflexiona e se mede por todos os outros trabalhos capazes de reproduzir a força de trabalho mercantilizada. Aqui se encontra a base que permite tanto distinguir capital variável de capital constante como identificá-los na boa infinidade do capital. A mesma reflexão permite ainda separar na jornada de trabalho aquela parte destinada à reprodução do trabalhador e aquela outra de que o capitalista se apropria pelo simples fato de ser proprietário do capital inicial. Em resumo, obtém-se a medida objetiva e científica da exploração feita pelo capital. Dessa maneira igualmente se desenham os elementos simples do sistema produtivo em que impera a exploração capitalista. O crescimento do capital fixo, porém, altera profundamente a própria natureza da conversão do processo de trabalho em processo produtivo. Se antes o trabalhador inseria o instrumento entre sua atividade e seu objeto, quando o processo produtivo se torna automático o novo operário faz da máquina aquele objeto que ele vigia e regula, de sorte que uma segunda natureza se converte na pauta das atividades individuais. A natureza articulada pelas ciências faz crescer, de maneira antes inconcebível, a produtividade do sistema produtivo, que engole os atos individuais como se fossem momentos de seu desenvolvimento, como se a máquina fosse responsável pela socialização deles. Em contrapartida, nessa condição de vigilante o trabalhador também se desenvolve como parte do indivíduo social, daquele ser humano que se apropriou da possibilidade de travar novas formas de sociabilidade além das relações sociais imediatas. Do mesmo modo como a circulação de mercadorias determina o agente

como pessoa e proprietário e as formas trinitárias preparam o terreno para o antagonismo das classes, o fantástico desenvolvimento do capital fixo e do capital variável ligado a ele performa o trabalhador como indivíduo social, pronto a fazer valer as virtualidades das novas formas de organização que ele representa. E de notar que o princípio de individuação desse trabalhador total é a contraparte da unidade do próprio capital social total. O estilhamento deste não provocará o mesmo efeito naquele?

A organização do trabalho, força produtiva principal segundo Marx, vem a ser, na grande indústria, o trabalho de vigiar e regular a si mesma. Desse modo, o “que vale para a maquinaria também vale para a combinação da atividade humana e para o desenvolvimento das relações humanas” (G, 592), já que ambos os lados aumentam seu poder produtivo graças a novos modos de articulação de suas partes. E no jogo da medida do valor dessas partes, ao diminuir o valor do trabalho necessário para aumentar o valor do trabalho não pago, o fator força de trabalho muda de sentido.

O capital é ele mesmo a contradição em processo, conforme impede que o tempo de trabalho se reduza a um mínimo, e simultaneamente torna o tempo de trabalho a única medida e fonte de riqueza. Por conseguinte, ele diminui o tempo de trabalho sob a forma necessária para multiplicá-lo sob sua forma supérflua. [...] Se, de um lado, ele apela para todas as forças da ciência e da natureza, para as combinações e para os intercâmbios sociais, com o objetivo de tornar a criação da riqueza independente (de modo relativo) do tempo de trabalho empregado para sua criação, por outro lado, ele pretende medir, pelo tempo de trabalho, as imensas forças sociais assim geradas e impeli-las aos limites requeridos para manter o valor já criado como valor [G, 593; trad., 83-4].

Está inscrito na gramática do capital que o processo produtivo somente se move se uma parte do trabalho não pago, expressa sob a forma de valor, em suma, por uma quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário, chega às mãos do capitalista sob forma de lucro. Mas como medir utilizando o mesmo padrão o trabalho simples e as imensas forças sociais que agora compõem o novo capital tecnologicamente avançado? A pretensão de medir, inscrita no sentido das relações em curso, consegue chegar a bom termo? Para Marx não há dúvida de que o desdobramento dessa contradição implode as fronteiras no interior das quais se dá o crescimento da produtividade do trabalho, cria tempo disponível para a

sociedade, o qual, ao continuar a ser intencionalmente medido pelo tempo socialmente necessário, isto é, pelo valor-trabalho, se torna, na aparência, benefício para todos, embora esteja a serviço do capital. Esse impasse será superado quando “a massa de trabalhadores apropriar-se de seu sobretrabalho. Feito isso, o *disposable time* deixa de ter assim existência *contraditória*” (G, 596; trad., 87). Então o tempo de trabalho necessário passaria a ser medido pelos carecimentos do indivíduo social, ampliando-se o tempo disponível coletivamente.

A impossibilidade da medida terminaria impondo novo padrão, visto que o desenvolvimento das forças produtivas, notadamente o novo indivíduo social, continua precisando regular seu metabolismo com a natureza. Mas a destruição do padrão antigo se assenta ainda noutro pressuposto: o desenvolvimento tecnológico deve se espalhar pela sociedade como mancha de óleo, a luta entre os próprios capitalistas terminaria dando a todos eles acesso às novas invenções. Ora, é precisamente nesse ponto que o processo de homogeneização do trabalho faz água, pois o monopólio da invenção científica cliva tanto o mercado de capitais como o mercado de trabalho. A unificação do sistema capitalista em escala mundial passa então a depender muito mais do fluxo do capital financeiro, que sustenta a diversidade dos capitais produtivos conforme estes se tornam capazes de operar com taxas de mais-valia e de lucro diferenciadas, do que da constituição do capital social total, ainda vinculado a um processo contínuo de socialização dos processos de trabalho. Mas se esses processos perdem o ponto de fuga, onde se encontrariam então as condições capazes de identificar e tecer o novo indivíduo social responsável pela subversão total do sistema?

As forças produtivas e as relações sociais – ambas diferentes aspectos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem ao capital apenas como um meio e são para ele apenas um meio para produzir, partindo de seus fundamentos limitados. Na verdade, porém, elas são as condições materiais para explodi-los (G, 593-4; trad., 85).

Em que condições, todavia, se dará essa explosão? Ora, se o próprio capital se torna incapaz de perfazer o desenho de sua identidade ilusória, igualmente o novo indivíduo social perde o padrão de sua identidade, porquanto esta depende daquela como ponto de referência da luta de classes. A unidade substantiva do capital se esgarça, mantendo sua capacidade de continuar comandando trabalho alheio, muito mais, porém, em virtude das posições estratégicas que ocupa no mundo da produção e das finanças do que

na capacidade de medir como trabalho morto o trabalho vivo de que se alimenta, por conseguinte, de se medir legitimamente como a força produtiva principal. Em poucas palavras, mantém-se a qualidade do capital continuar crescendo, sua substancialidade, embora a quantificação pressuposta não logre encontrar sua expressão numérica, pois lhe falta aquele padrão social geral, cuja constituição se dá, como sabemos, no fim do ciclo, quando a medida esperada se confirma na demanda efetiva. Por certo, embora todo trabalho incorporado dependa da venda e da compra da força de trabalho, não desaparece aquela tendência de subsumi-lo à mesma abstração. Mas esse pressuposto reafirmado no nível dos preços não se realiza por completo no nível dos valores que integram o circuito totalizante do capital social. Note-se que também o mercado de trabalho se cliva em virtude do monopólio das qualificações, de sorte que a concorrência dos trabalhadores entre si – que, nas formações normais do capital, está alinhavada por uma única taxa de exploração, resultante da homogeneização dos vários processos produtivos – põe em xeque a unidade social do proletariado.

4.9. Dialética constrangida

Tudo isso resulta num impasse. O tempo disponível, supérfluo, em vez de ser orientado para a livre formação dos indivíduos, fomenta a matriz da dispersão e do desperdício. A segunda natureza criada pelo trabalho faz com que o trabalho abstrato perca sua função mensuradora efetiva, impondo-se, sobretudo por sua dimensão ilusória, sendo então posto para medir sem lograr medir. Lembre-se que a medida do valor é *post festum*, comprova o caráter social do trabalho depois do valor realizar-se no consumo, produtivo ou não. Quando o consumo produtivo não consegue inteirar-se no capital social total, o que vale a proposta da medida? Como pode funcionar essa “contradição em processo” se deixa de cumprir a determinação completa que permite sua superação? Em vez da esperada proletarização das massas, isto é, a totalização correspondente à unificação dos capitais numa única substância, recriam-se corporações que cotidianamente colocam em xeque a ideia reguladora do indivíduo social. Além do mais, o capital, para poder crescer desmesuradamente, trata de continuar impondo de fora um padrão de medida que não cabe mais nos seus casos, exportando miséria para fora de seu movimento reflexionante, cuja circularidade depende agora de toda sorte de irracionalidade externa. O próprio Marx já percebera que o desenvolvimento tecnológico tende a substituir trabalho onde existe força de trabalho

excedente (G, 589), vale dizer, nos setores em que as forças produtivas estão mais desenvolvidas, de sorte que o novo capital passa a ser originariamente responsável por um desemprego externo à trama do sistema ou que circula nos seus poros. Se crescem as forças produtivas é porque uma parte da força produtiva dos trabalhadores é projetada para fora, de tal maneira que, em vez do tempo disponível, criam-se indivíduos sem nenhum vínculo social prévio, mas incapazes de chegar ao nível de formação requerido pela nova sofisticação do capital.

Tudo se passa como se a face idêntica da contradição entre capital e trabalho, ao perder a nitidez de seu perfil, porque a contrariedade interna de seus fatores também se esfumava, continuasse a ser repostada mediante imagens retorcidas. Quando, como ocorre hoje em dia a olhos vistos, nas forças produtivas avulta o peso das ciências e da inteligência do próprio trabalhador, onde se encontra o fio que alinhava suas formas de organização? A riqueza social se avoluma conforme aumenta sua capacidade de dispensar trabalho vivo. Isso, porém, é feito de tal maneira que:

se reduz ao mínimo o *quantum* de trabalho necessário para a produção de determinado objeto, mas para que um máximo de trabalho seja aproveitado [*verwertet*] para o máximo de tais objetos. Esse primeiro aspecto é importante, pois aqui o capital – totalmente sem querer – reduz o trabalho humano a um mínimo, a dispêndio de força. Isso vem beneficiar o trabalho emancipado e é a condição de sua emancipação (G, 589).

Mas para que essa revolução ocorresse, seria preciso que o novo indivíduo social pudesse tomar consciência de que seu trabalho foi reduzido ao mínimo denominador comum do dispêndio da energia natural, que a diversidade de suas formas estivesse soldada por conteúdo material mínimo. Para Marx a contradição vai ao fundo quando expõe o nervo vivo da relação material do homem com a natureza, quando o polo negativo, porque submetido ao comando do capital, evidencia sua positividade, sua brutal dependência física. Além do mais, visto que o trabalho social também é trabalho de organizar-se socialmente, vale dizer, processo reflexionante, ficaria aberta a possibilidade de que o trabalhador se reconheça como parte de nova identidade social, o proletariado. Mas onde reside o princípio de individuação desse reconhecimento, a pauta de seu aprendizado, quando a trama das relações sociais, em vez de indicar seu

fundo, seu fundamento material, passa a sublinhar a particularidade e o privilégio do conhecimento científico, vale dizer, espiritual?

Em vez de empurrá-los para os limites da oposição, o novo capital solta os indivíduos de sua reflexão determinante para deixá-los girando em volta do circuito interno do sistema, como se fossem asteroides desgarrados de seu centro. Por certo, todos habitam o campo de sua gravitação universal, embora os dispensáveis sintam sua presença de modo tão fraco que se tomam como se estivessem subordinados ao acaso. Não se imaginaria, além do mais, que reinventariam nos poros do modo de produção capitalista formas pré-capitalistas de trabalho informal, distantes da influência direta do movimento do capital, da força centrípeta de sua substância-sujeito. O que lhes restará como princípio unificador a não ser uma forma de consumo? Desse modo, a oposição ao capital, quando surge, não se põe *exclusivamente* em termos de uma contradição entre forças produtivas e relações de produção, como se as primeiras não pudessem comportar individualidade positiva do proletariado. Além do mais, os periféricos miseráveis que o capitalismo continua produzindo em grau cada vez maior e a massa de consumidores vorazes, que tudo fazem menos se conformar a uma individualidade social, não constituem forças produtivas diretas do capital, precisamente porque foram excluídos praticamente do universo do trabalho moderno. Cria-se, pois, enorme capacidade de trabalho desobrigada de crescer, sem pôr em xeque a divisão entre trabalho necessário e trabalho dispensável, embora a fronteira entre essas duas partes oscile continuamente, incapaz de configurar-se num padrão de medida homogêneo.

A contradição básica esgota seu empuxo interno, sem desenhar o novo em suas entranhas. Um tema que já estava na pauta do próprio Marx por volta de 1858 se dá para nós hoje em dia como enorme desafio: “*Dialética dos conceitos: força produtiva (meios de produção) e relações de produção, dialética* cujos limites estão por determinar e não suprime as diferenças reais” (G, 29; trad., 129).

É desse modo que, no final da Introdução de *Para a crítica da Economia Política*, Marx lista as grandes dificuldades que terá de enfrentar. A relação dialética das forças produtivas com as relações sociais de produção possui limites a serem determinados, não pode ser tomada como panaceia universal capaz de explicar todo tipo de sentido das relações sociais. Da substância capital começam a escapar forças produtivas e

relações sociais de produção que não mais se subordinam à sua boa infinitude ilusória, sem que esse estilhaçamento do sistema capitalista prefigure seu avesso. Pela primeira vez na história da humanidade, a multidão dos assalariados poderia satisfazer suas necessidades básicas e gozar do lazer que os distanciaria do reino de necessidade. No entanto, em vez daquela esperada diminuição substantiva da jornada de trabalho, primeira condição para reduzir a corveia do metabolismo com a natureza, as relações sociais de produção continuam a ter como parâmetro, ideia prática reguladora, o crescimento ao infinito da riqueza social, ainda que isso custe maior desigualdade na sua distribuição. O imenso desenvolvimento da produtividade do trabalho se confirma apenas em certos pontos de um sistema produtivo que se globaliza reforçando a injustiça social. Nessas condições, porém, que sentido ainda pode manter a categoria capital, na sua qualidade de substância e de sujeito?

Teria Marx tomado consciência desses impasses? No prefácio ao segundo livro d' *O capital* Engels nos informa que o núcleo do terceiro livro foi escrito por volta de 1865 ou de 1867, trabalho que foi interrompido para terminar o primeiro livro, publicado nesse último ano. Depois disso, em virtude de seus compromissos políticos e do estado de saúde que se agrava, Marx somente consegue trabalhar intensamente durante períodos curtos, que vão até 1878. Mas para aprontar o terceiro livro, no qual esses impasses são retomados, embora já apareçam luminosamente durante a redação dos textos publicados pelos *Grundrisse* (1857-8), Engels precisou escolher uma dentre várias versões, às vezes privilegiando redações mais antigas. É de notar que, nos tempos em que a doença se agrava, Marx se dedica ao estudo de “agronomia, relações agrárias americanas e notadamente russas, mercado da moeda, estruturas bancárias e, por fim, ciências naturais: geologia e fisiologia, em particular, estudos matemáticos” (K, II, 24, 11). Esforço impressionante para um doente. Não há dúvida de que Engels fez um monumental trabalho de edição; contudo, para arredondar o texto, não foi obrigado a desprezar aquelas versões que precisamente desviavam da linha geral do argumento, mas que para nosso entendimento histórico de seu trabalho de pesquisa seriam aquelas de maior importância? Somente uma análise detalhada desses manuscritos, infelizmente muitas vezes quase ilegíveis, poderá determinar aqueles limites encontrados pelo próprio Marx no esforço de alargar sua pesquisa. No entanto, o estudo cuidadoso dos textos atualmente disponíveis conduz,

isto me parece inegável, a impasses que nos obrigam a repensar toda a arquitetura de sua construção. Uma obra de gênio é como uma cidade, cujo plano o autor traça, mas cujos meandros vão sendo paulatinamente descobertos por seus comentadores. Não é isso que lhe dá vida? Puxando o fio dos argumentos, estou tentando mostrar que, nos limites dos muros da cidade, Marx se envolve em aporias que, em vez de diminuir sua grandeza, fazem dele um autor que pensa até o extremo, nas fronteiras de seu próprio pensamento. De meu ponto de vista, prefiro essa herança a tentar a todo custo fechar o sistema a golpes de machado. O limite que mais impressiona é aquele encontrado pelo próprio desenvolvimento das categorias, que, como era previsto, esgota sua capacidade de exprimir o desenvolvimento das forças produtivas até então medido por elas. Em poucas palavras, “os limites da *dialética dos conceitos: força produtiva (meios de produção) e relações de produção*”. Disso não há que duvidar, pois o texto é explícito. Não dizem eles respeito ao esgotamento da capacidade da lei do valor-trabalho medir essas forças produtivas?

Marx está, pois, indicando que, conforme os meios passam a ser infiltrados pelas ciências, nem toda produção social vem a ser completamente conformada pela lei do valor-trabalho, por conseguinte, que o capital como substância alienada perde sua capacidade de *quantificar* a riqueza social como um todo. O capital como riqueza social se distancia da riqueza da sociedade. Ao enervar, porém, a matriz quantitativa unificadora dos processos produtivos não retirava igualmente do horizonte do proletariado a matriz capaz de fundar sua própria unidade social? Sem esse contrapeso o capital poderia crescer indefinidamente por saltos e crises, aprofundando a anarquia da produção, sem projetar, contudo, a figura salvadora do trabalhador total. O compromisso político, assumido nos tempos em que ainda pensava segundo os parâmetros da dialética hegeliana, não se legitima por aquela contradição *desenvolvida* que Marx esperava encontrar por meio da crítica da Economia Política. As categorias se dissolvem sem que a contradição entre capital e trabalho se reforce como diferença, em que cada parte seja empurrada para formar um elemento simples que anseia por autonomia, pronto para absorver a contradição levada a cabo. No jogo desses conceitos nada assegura a tomada de poder de uma das partes como representante da nova totalidade. Pelo contrário, a luta pode desaguar numa guerrilha, numa transgressão de individualidades moles, muito diferente da tese do colapso final do capitalismo. Desse ponto

de vista, para continuar mantendo pelo menos o princípio de sua crítica, a denúncia da positividade postiça do capital, seu último recurso, como já vimos na sua crítica aos ricardianos, seria insistir no caráter substantivo do capital, finalidade em si, mas sem rumo.

4.10. Uma obra feita por vários caminhos

Tal como aparecem, os dois últimos volumes d' *O capital*, arredondados por Engels, tratam em linhas gerais de apontar para o colapso do modo de produção capitalista. Para esse propósito a lei da taxa declinante de lucro serve às mil maravilhas, pois, em primeiro lugar, se arma a partir do modo das categorias se quantificarem umas em relação às outras; em segundo lugar, converte esse modo de quantificar no crescente obstáculo à expressão de sua base, apontando assim para a derrocada definitiva. Todo o marxismo centrou seu fogo nesse alvo, mas os resultados foram pouco satisfatórios.

Em 1932 vêm à luz os *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, redigidos quando Marx ainda se iniciava na crítica da Economia Política, por conseguinte, sem ter posto à prova seu método crítico, naquela época muito próximo da dialética feuerbachiana. Esse texto abre o caminho para toda sorte de marxismo humanista. A partir de 1939 começam a ser publicados os *Grundrisse*, como indica o nome, feixe de notas explorando caminhos nem sempre convergentes. Essas duas publicações servem de base para o processo de implodir o *corpus* marxiano, liberando em geral as mais dispares interpretações. Como se encontra, hoje, a obra de Marx forma um arquipélago cujas ilhas podem ser ligadas por viagens diferentes, e não houve moda no pensamento do século XX que não tivesse sua contrafação marxista. A circularidade da dialética marxista não se fecha numa *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften*, nem sua leitura cheia de obstáculos nos leva a perceber no final que os caminhos de Swan e dos Guermante formam um círculo, a despeito de se contraporem na geografia da infância. Um lado da obra inacabada de Marx aponta para a dissolução das determinidades relativamente simples em que as forças produtivas se projetam; outro, para o enrijecimento das proporcionalidades quantitativas que bloquearia o lucro, razão de ser do sistema. Apostar na primeira direção terminaria por retirar do capital aquelas determinações pelas quais uma contradição, no sentido hegeliano da palavra, encontraria o fundamento

evanescente de sua superação. Marx se encontraria assim na difícil situação de pregar o socialismo científico sem ter logrado estabelecer as bases consensuais de sua crítica científica. Não é natural que procure incessantemente formular com precisão a lei interna que leve ao colapso o modo capitalista de produção, vale dizer, a lei da taxa declinante do lucro?

Para compreender melhor essa última aposta é preciso retomar a gênese das categorias que marcam a superfície da realidade capitalista e, embora muito brevemente, voltar ao problema da transformação do valor em preço. Uma questão crucial para os economistas da época, adeptos da teoria do valor-trabalho, era explicar como diversos processos de trabalho, atuando em diferentes esferas produtivas – por conseguinte, dotados de diferentes produtividades –, conseguem formar uma taxa de lucro única abraçando todo o sistema, que, caso contrário, explodiria em forças centrífugas. Interpretando a diferença entre capital constante e capital variável como contradição, Marx pretende mostrar que a mais-valia resultante de cada um dos setores operando com produtividade particular tende a se distribuir entre eles, de tal modo que o excedente econômico total seja relacionado às parcelas do capital investido. Se os capitalistas, na busca incessante de maiores rendimentos, estão sempre se deslocando para as áreas mais produtivas e, desse modo, também assegurando a diversidade de produtos de que eles e a sociedade precisam, todo o sistema precisa então operar tendo em vista o mesmo parâmetro de uma única taxa de lucro. Mas como fazer a ponte entre valores e preços de mercado? Acontece que, para formular os esquemas numéricos de transformação de valor em preço, os bens de produção só podem ser calculados pelos preços de produção, não por seus valores; a quantificação desses últimos fica assim encoberta pela concorrência intersetorial. Não são apenas os críticos de Marx que logo percebem essa dificuldade formal do modelo, ele mesmo a reconhece, embora lhe dê pouca importância para a discussão em que está engajado:

Do mesmo modo como o preço de produção pode se desviar do valor de uma mercadoria, assim também o preço de custo de uma mercadoria, no qual esse preço de produção de outra mercadoria está incluído, pode estar acima ou abaixo da parte de seu valor global que é formada pelo valor dos meios de produção que a constituem. É preciso não perder de vista essa significação modificada do preço de produção em, portanto lembrar que, quando numa esfera particular da produção o custo da mercadoria é equiparado ao valor dos meios de

produção consumidos em sua produção, sempre é possível que haja um erro. Para nossa investigação presente não é necessário examinar mais de perto esse ponto [K, III, 122].

No fundo, opera o pressuposto de que a riqueza total de uma sociedade tem seu fundamento no valor a ser expresso por preços variantes, a saber, na sua qualidade de poder se quantificar sem precisar demonstrar no pormenor os meandros do processo de mensuração. No final das contas, se cada mercadoria tem seu preço, o somatório desses preços indica a massa das mercadorias que, sendo massa de produtos, estão determinadas como parcelas do tempo que uma sociedade gasta para obtê-las. Mesmo que a quantidade total desses valores seja *post festum*, visto o caráter reflexionante do processo de produção, nesse movimento de totalização preços por definição *exprimem* valores. A dificuldade é que somente Marx endossa esse caráter reflexionante do processo, que, aliás, é o fundamento de sua crítica à posição positivista do capital. Seus adversários políticos o negam por completo.

4.11 Contra os ricardianos

Esse tópico, porém, que Marx, pelo menos naquele momento, acreditava poder deixar na sombra, transforma-se no centro de uma polêmica ferrenha travada entre marxistas e não-marxistas, os primeiros procurando encontrar modelos matemáticos mais sofisticados para explicar essa passagem do valor ao preço, outros tratando de evidenciar os limites da teoria valor-trabalho.

Até os anos 80, quando a polêmica deixou de interessar, provavelmente por causa da derrocada da economia socialista, o modelo mais sofisticado, salvo engano meu, a tentar resolver o problema tinha sido proposto por Sraffa. De inspiração ricardiana, pois os valores são inteiramente determinados pelas relações de troca, essa solução atinge em cheio o significado da teoria do valor-trabalho, ao mostrar que, no sistema de equações, as grandezas de valor-trabalho podem ser substituídas por quantidades físicas das diversas mercadorias. Em suma, é indiferente que os termos da equação sejam postos como produtos de trabalhos diferenciados ou como trabalhos diferenciados. Não carece de sentido, pois, o método de projeção da composição técnica do capital em sua composição de valor, núcleo da composição orgânica do capital que demarca a lei geral de seu desenvolvimento?

No entanto, é possível vislumbrar a resposta que Marx daria a essa questão, a partir das críticas endereçadas a Ricardo e a seus seguidores. No que respeita aos esquemas de transformação de valores em preços, argumenta que a soma total dos valores tem como pressuposto o tempo que uma sociedade dispõe para produzir o que necessita, de sorte que, em última instância, essa soma há de coincidir com a soma total dos preços, num momento de equilíbrio da produção e da troca:

A concorrência, em parte dos capitalistas entre si, em parte dos compradores das mercadorias com os primeiros e entre si, faz com que o valor de cada mercadoria singular, em sua esfera particular de produção, seja determinado pela *massa total do tempo de trabalho social*, que requer a *massa total das mercadorias dessas esferas sociais de produção particulares* e não por aqueles valores individuais das mercadorias singulares, ou o tempo de trabalho, que uma mercadoria custou para o produtor ou comprador particular [TMW, 2, 197].

Esse recurso à *massa total do tempo de trabalho social* só pode ter sentido, contudo, no contexto reflexionante da reposição do próprio capital, pois só assim os processos produtivos particulares passam a participar de uma totalidade *socialmente* determinada. Por certo cada ciclo produtivo parte dessa base já constituída, mas o caráter social do que está sendo produzido não há de ser confirmado no fim do processo? Essa massa não é simplesmente um dado, os valores não são, para Marx, quantidades empíricas, coisas configuradas por suas determinações quantitativas, mas essências, cujas respectivas realidades residem no modo de aparecer em relações que rebatem para uma igualdade posta, mas que requer o trabalho aventuroso de reposição. Isso faz, porém, com que a parcela da riqueza social seja sempre *pars totalis*, expressão do todo. Assim como o sentido de uma proposição está ligado ao funcionamento da linguagem na sua totalidade, é a riqueza material *socializada* como um todo, não apenas uma de suas partes, que se exprime sob a forma-valor. Da mesma maneira, os trabalhos não se diferenciam por uma reflexão externa a ser detectada pelo investigador, mas o fazem mediante seus produtos, cuja realização em valor conforma as estimativas pressupostas. Cada valor individual nada mais será do que reflexo de um valor de uso em *todos* os valores de troca que lograrem perseverar no mercado, seja lá qual for sua origem, mas esse todo será socialmente determinado. O valor não é, pois, como já vimos (2.3), relação meramente quantitativa entre duas coisas, entre dois algos, mas

forma de expressão de algo qualitativo comum. Se um modelo de transformação de valor em preço é útil para que se percebam as possibilidades lógicas de combinação dos elementos, é preciso não tomar esse modelo como silhuetas do real, porquanto o próprio ato de modelar retira do processo seu sentido mais íntimo. É como se ele transpusesse para o nível do entendimento aquilo que se efetiva no plano da razão, só que agora essa razão é a irrazão do capital, tendo por base a massa do trabalho vivo como um todo, confrontando-se com a massa do trabalho morto igualmente como um todo, para que ambas articulem uma contradição. Por isso Marx censura Bailey quando este concebe o valor como relação entre duas coisas, incorrendo assim no mesmo erro de Ricardo:

A última objeção decorre da exposição defeituosa de Ricardo, que não investiga de modo algum o valor segundo sua forma – a forma determinada que o trabalho assume como substância do valor – mas apenas as magnitudes-valores, as quantidades desse trabalho [que é] universalmente abstrato e social graças a essa forma, que produz a diferença nas quantidades de valor das mercadorias. De outro modo Bailey teria visto que a relatividade do conceito de valor não é de modo algum superada, na medida em que todas as mercadorias, enquanto são valores de troca, são apenas expressões relativas do tempo de trabalho social e que sua relatividade não é de modo algum constituída pela relação segundo a qual elas se trocam mutuamente, mas segundo a relação de cada uma com o trabalho social como sua substância [TMW, 2, 163].

A mera *combinatória* dos fatores de produção os pensa cometendo o mesmo engano daqueles que veem a relação de troca como simétrica, tornando-se, por conseguinte, incapazes de distinguir a forma-valor do próprio valor. Esse erro, na sua forma mais desenvolvida, coloca os fatores de produção numa equação em que eles se relacionariam indiferentemente entre si, sem o fundamento que legitima essa simetria (cf. TMW, 3,510; trad., 313). Para melhor compreender o sentido profundo dessa objeção vale a pena examinar as equações mais simples com as quais Sraffa tenta recuperar a perspectiva de Ricardo. Imaginemos uma sociedade em que apenas duas mercadorias sejam produzidas, o trigo e o ferro. As operações de um ano podem ser tabuladas do seguinte modo:

280 arrobas de trigo + 12t de ferro = 400 arrobas de trigo
 110 arrobas de trigo + 8t de ferro = 20t de ferro

Nada foi acrescentado, pela produção, ao pecúlio dos proprietários iniciais, sendo quatrocentas arrobas de trigo e vinte toneladas de ferro consumidas e produzidas na mesma quantidade. Nesse esquema, o valor de troca requerido é de dez arrobas de trigo para uma tonelada de ferro. Se esse sistema produtivo produzir $a, b... k$ mercadorias, sendo $A, B... K$ as totalidades relativas de cada mercadoria, chamando ainda de $p_a, p_b ... p_k$ os valores unitários, a matriz será formulada da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} A_a p_a + B_a p_b + \dots + K_a p_k &= A p_a \\ A_b p_a + B_b p_b + \dots + K_b p_k &= B p_b \\ \hline A_k p_a + B_k p_b + \dots + K_k p_k &= K p_k \end{aligned}$$

Nessas condições, sendo que o sistema se repõe em equilíbrio, obteremos as equações parciais: a soma dos $A_i = A$, dos $B_i = B$, ..., dos $K_i = K$. Tomando uma mercadoria como medida de valor e igualando seu preço à unidade, obtém-se um sistema de $k - 1$ incógnitas. Visto que, no total das equações, as mesmas quantidades aparecem em ambos os lados, é possível inferir uma das equações a partir da soma das demais. Um sistema de $k - 1$ equações lineares independentes é univocamente determinado por $k - 1$ preços.

A introdução de um excedente torna o sistema *autocontraditório*. Somando todas as equações, o lado direito da equação-soma resultante (ou produto nacional bruto) conterà, além de todas as quantidades que se encontram no lado esquerdo (meios de produção e de subsistência), alguns dados adicionais. Como o excedente deve ser distribuído proporcionalmente aos meios de produção usados em cada indústria, e tal proporção depende da taxa de lucro, que não pode ser determinada antes de serem conhecidos os preços dos bens, como, além do mais, não se pode aceitar a separação do excedente antes do conhecimento dos preços, os quais vão ser determinados pela taxa de lucro, o “resultado é que a distribuição do excedente deve ser determinada mediante o mesmo mecanismo e ao mesmo tempo em que se determinam os preços das mercadorias”. Esse novo sistema de equações montado por Sraffa torna-se semelhante ao anterior se cada membro esquerdo de cada equação for multiplicado por $1 + r$, sendo r a nova incógnita que representa a taxa de lucro. Essa matriz possui então k equações independentes que determinam os $k - 1$ preços e a taxa de lucro. Para resolvê-la, basta que se introduza uma mercadoria-padrão, inteiramente determinada por seu tipo (Sraffa, *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*; caps. I e II, coleção Os Economistas, Abril Cultural, 1983).

O que Marx contestaria nesse elegante modelo? Sraffa procura solucionar o problema clássico graças ao artifício de imaginar uma mercadoria-padrão que viabilize o sistema de equações, evitando, por conseguinte a contradição e dando sentido a um modo de produção capaz de produzir excedente. Mas continua procurando resolver a questão do valor unicamente no nível da proporção das trocas, quando estas, além do mais, pressupõem algo em comum, sua homogeneidade *qualitativa*, expressão do fundamento que reside em forças produtivas. Por isso, antes de tomar duas mercadorias isoladas como se fossem dois bens desejáveis, é preciso examinar a relação de cada uma delas com essa substancialidade, cada uma vindo a ser parte expressiva do todo, cuja universalidade se contradiz então nessa particularização dessa mesma substância. Em vez de evitar a todo custo a contradição, Marx a toma como característica do próprio sistema, que assim não se fecha mediante a combinatória dos fatores de um modelo quantitativo, mas se perfaz por meio da ilusão necessária do valor, como se cada fator, cada insumo, por ser ao mesmo tempo trocável e reprodutível – ao resultar de um trabalho abstrato e homogêneo –, pudesse ser reportado a todos os outros do mercado, cuja retaguarda estaria sempre preparada para repor a mercadoria faltante. Se a lei de Say, segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, é, por conseguinte inerente à representação imediata do sistema, que pensa o mercado como se estivesse sempre regulado pelo ideal do equilíbrio, nem por isso se deve aceitar essa aparência como sua essência e deixar de lado todo o processo social contraditório de constituição desse equilíbrio. Não é difícil, porém, adivinhar a linha de resposta de Sraffa: Newton já dizia que as ciências não tratam das essências, mas se contentam em mostrar, por meio de modelos reduzidos, como o real se comporta; essa busca do fundamento apenas atrapalha o fotograma da realidade desenhado em vista das previsões futuras. A dificuldade, creio eu, é que esses modelos dos fenômenos econômicos, além de sua restrita capacidade de previsão – falha que o futuro talvez viria sanar–, servem ainda como modelo da racionalidade dos comportamentos sociais em geral, cuja história também seria alinhavada por esse tipo de razão. No fundo da modelagem proposta por Sraffa continua a operar o pressuposto de que o desenho da racionalidade econômica há de ser totalmente capturado pelo trabalho do entendimento que arma uma estrutura de equações, de sorte que qualquer erro somente poderia advir da inépcia do analista. Ao insistir na substancialidade do valor, Marx quer indicar que o sentido dessas equações

já traz uma contradição operando no nível da atuação dos agentes. Desse modo, o sentido contraditório *exprime* uma forma específica de dominação, aquela que se faz pela medida do trabalho vivo pelo trabalho morto. O erro passa a ter fundamento *in re*, o que requer uma análise que ponha em xeque a própria positividade do fenômeno.

Nesta altura convém fazer uma pausa e notar, como curiosidade, que, em 1936, John Maynard Keynes revela o defeito intrínseco da lei de Say, ao mostrar que, se, de fato, a venda dos fatores de produção produz os rendimentos respectivos, não é por isso que se pode concluir daí que todos os custos de produção serão necessariamente cobertos pelos produtos das vendas, porquanto os rendimentos dessas vendas dependem tanto da demanda de bens de inversão como da demanda de bens de consumo, o que abre uma brecha entre o que a comunidade deseja consumir e a produção que ela é capaz de prover, na base tanto de seu capital fixo como do crédito de que ela dispõe. Mas se uma análise mais fina da demanda separa aquela por bens de inversão e aquela outra por bens de consumo, se a preferência pela liquidez se transforma, na macroeconomia keynesiana, num importante fator capaz de desequilibrar inversão e consumo, não é precisamente porque o entesouramento do dinheiro aparece como forma de fechar a incerteza de nossas previsões? Essa descrença nos mecanismos automáticos do mercado não abre uma brecha a ser sanada pelos investimentos estatais para que eles voltem a funcionar? Ao manter saldos ociosos estamos agindo não em relação a um fim existente, mas a todos os fins indefinidos que o dinheiro representa. Não é essa, porém, a racionalidade que a análise do fetichismo da mercadoria denuncia? Essa representação da clausura, dada pelo caráter sensível e suprassensível do valor, em suma, por seu fetichismo, faz com que os agentes ajam como se as condições de reprodutibilidade do sistema, a despeito de suas incertezas, pudessem um dia ser superadas, a despeito das disparidades que Keynes vem denunciar. Em outras palavras, para Marx, os fatos econômicos são deuses bifrontes, uma face visando a representações, outra a circuitos de socialização dos produtos, que roubam os sentidos mentados anteriormente. Quantas vezes as políticas intervêm no plano produtivo para assegurar o equilíbrio das representações? Algumas intervenções do estado operam justamente no sentido de recuperar a “crença no mercado”, como se a taxa de lucro dependesse apenas dos preços, quando, na verdade, depende do relacionamento concreto de agentes atuando segundo medidas cuja racionalidade é roubada pela sua

forma de socialização baseada na feitura e circulação de produtos-signos. Toda reprodução dos fatores econômicos está subordinada à recuperação do trabalho morto pelo trabalho vivo, mas, no modo de produção capitalista, esse processo se faz por meio do pressuposto de que o trabalho vivo se torne mensurável pelo trabalho morto. Para o sistema como um todo, o preço do trabalho não pode ser determinado como se a força de trabalho estivesse sendo leiloada, sendo que no final essa mercadoria poderia ser posta ao lado das outras tão-só da óptica das determinações quantitativas que o leilão determinou. A lógica da apropriação das mercadorias se aplica apenas na aparência à apropriação da força de trabalho pelo outro, ainda é preciso considerar a “produtividade histórico-social dessa força”, como se coloca no mercado estrategicamente, graças às suas próprias instituições e ao estado; igualmente, do lado do capital, como é conformada ou expulsa por ele.

Torna-se, assim, *irracional* pensar a distribuição do excedente na proporção dos capitais avançados, segundo uma *dada* taxa de lucro, *antes* de a força de trabalho se quantificar *depois* da luta de classes, seja qual for a forma histórica dessa luta e a maneira como essas classes se constituem. Se a taxa pressuposta antecipa um *quantum* a ser distribuído segundo os investimentos, o *quantum* a ser distribuído efetivamente está na dependência de como a riqueza se torna social pela distribuição do produto e dos postos de trabalho. Por sua própria natureza o sistema de equações do capital se fecha, no longo prazo, graças à ilusão necessária de que uma única taxa de lucro se formará, no próprio processo produtivo, como sua ideia reguladora. Mas do mesmo modo como, no plano mais elementar da circulação das mercadorias, a continuidade do sistema pode ser colocada em xeque pela ação inesperada do entesourador, ou, numa situação mais complexa, em virtude de sua preferência pela liquidez, a circularidade reflexiva do capital pode ser quebrada por meio da ação subversiva do grevista, ou pela incursão intempestiva de trabalhadores estrangeiros. Para explicar essa irracionalidade do fundamento da taxa de lucro, torna-se necessário mostrar que essa quantificação do trabalho vivo pelo trabalho morto se assenta no cálculo e na ação conflituosa dos atores, vale dizer, na sua forma mais simples, na contradição entre capital constante e capital variável. Em poucas palavras, a racionalidade aparente na “crença no mercado” só pode ser compreendida quando se revelam as razões para que se oculte o desequilíbrio, inerente a um sistema econômico baseado na luta. A questão que se levanta agora é o sentido dessa luta.

Cada mercadoria associada a um preço precisa encontrar seu fundamento racional na irracionalidade da forma-valor. No exemplo anterior de circulação simples, se dez arrobas de trigo são trocáveis por uma tonelada de ferro, desde que essa trocabilidade seja vista também da óptica de sua reproduzibilidade, a produção do trigo e a do ferro devem levar em conta que o trabalho morto inscrito nesses produtos só poderá ser recuperado pelo trabalho vivo quando – sendo a circulação simples posta em função da criação do excedente, processo reflexionante que converte os atos finalizados externamente num processo posto como um fim em si mesmo – esse trabalho vivo determinar-se igualmente como morto. O ferro é um bem de produção e o trigo, um bem de consumo, mas de um consumo que só pode ser efetivo se o modo de produção fechar seu ciclo. A simultaneidade dessa predicação esconde, graças ao caráter fetiche da mercadoria, o processo reflexionante pelo qual a determinação quantitativa pressuposta não se repõe sem violência. A modelagem, ao passar da produção simples para a produção de excedente, apenas incluindo a variável taxa de lucro no sistema de equações anterior, trata unicamente de encontrar uma racionalidade sem avaliar a racionalidade dessa variável do ponto de vista de sua reprodução reflexionante. Para tanto é preciso retornar à forma-valor, como expressão da temporalidade do trabalho social capitalista, manifestação de uma substância que se esgotaria nessa sua aparição se não trouxesse vantagens para os capitalistas e seus associados, assim como, além dos limites de sua dialética, se não provocasse extraordinário desenvolvimento das forças produtivas.

No entanto, sabemos que o avanço tecnológico transforma essas forças numa segunda natureza, permitindo a distribuição cada vez mais desregulada dos frutos desse desenvolvimento. A teoria do valor-trabalho pretende antes de tudo explicar o sentido da sociabilidade posta pelo capital, examinando como certa massa de trabalho vivo deve mobilizar a massa de trabalho morto. Não é porque desde cedo começa a falhar nas suas configurações quantitativas particulares que ela necessariamente deixa de ter *sentido*, se este provier daquela contradição mais profunda entre a mensurabilidade do trabalho vivo e a mensurabilidade do trabalho morto, ainda que cada processo de medida pressuposto e representado não consiga se realizar como *quantum* efetivo. Desse ponto de vista, a quantificabilidade é pressuposta e reposta, mesmo no caso da medida se perder no meio do caminho reflexivo. O problema a ser resolvido é explicar como cada *produto*

se relaciona com o trabalho social como sua substância, vale dizer, como essa sua expressão particular, no modo de produção capitalista, se liga à totalidade dos produtos enquanto expressão de todo o trabalho *socialmente* necessário. Se nesse processo de expressão as determinações *quantitativas, mensurantes*, se esfumam, segue-se que o problema desapareceu?

Que Marx pensa nessa direção se comprova pelo fato de que, para ele, superar o modo de produção capitalista não implica superar a lei do valor-trabalho, pelo contrário, reafirma sua problemática no seu grau máximo:

[...] depois da abolição do modo de produção capitalista, mas com a manutenção da produção social, a determinação do valor continuará predominante, no sentido de que a regulamentação do tempo de serviço, a distribuição do trabalho social entre diferentes grupos de produção e, por fim, a contabilidade disso se tornarão mais essenciais do que nunca (K, III, 25,859; trad., 293).

A lei do valor-trabalho exprime a necessidade dos agentes sociais quantificarem o tempo social a ser gasto no seu relacionamento com a natureza, assim como de distribuir a produção social entre os grupos sociais. Se isso é feito, no capitalismo, mediante a expressão dos valores de uso em valor, em suma, graças à crença no automatismo do mercado e à aparente equidade contratual da compra e venda da força de trabalho, daí não se segue que desapareça a tarefa de manter e distribuir uma produção escassa quando a forma mercadoria for posta em xeque. Numa sociedade comunista, quando o metabolismo com a natureza perderia seu império sobre o homem, a reflexão poderia ser exterior e os planejadores centrais talvez pudessem então pensar como os ricardianos.

4.12. Outros problemas com a taxa de lucro

Marx não conhece outra maneira de lidar com esses problemas senão por meio da teoria do valor-trabalho, em contraposição a uma regulação consciente feita pelos próprios agentes. Mas quais serão as instituições dessa consciência? Sua crítica da Economia Política pretende substituir essa teoria por uma *ciência* crítica, em que a modelagem lhe parece ser instrumento secundário, pois importa, sobretudo, compreender o desdobramento dialético atual das categorias, o jogo contraditório de seus respectivos sentidos. Dessa óptica, de uma forma ou de outra, é preciso

estabelecer o elo entre a massa de trabalho social pressuposta e a massa de produtos reposta. Daí a importância de gerar os preços a partir de suas bases de valor. No entanto, dada a preocupação com o estatuto ontológico dessas categorias econômicas cujas contradições são evidenciadas para que sejam traduzidas em processos, importa a forma pela qual o trabalho vivo disponível numa sociedade opera a totalidade da massa de trabalho morto em condições sociais previamente estipuladas. Desse modo, cobrir o intervalo entre valor e preço é uma questão técnica a ser resolvida dentro dos parâmetros criativos em que sua análise se coloca. Se a teoria econômica contemporânea deixa de lado a lei do valor-trabalho na armação de seus modelos formais, se lida predominantemente com preços, continua posto o desafio, levantado por Marx, de mostrar como se estruturam os processos produtivos numa totalidade social cuja finalidade continua sendo extrair excedente econômico. Por isso cumpre ir além da análise rente aos conceitos positivos para se ater, sobretudo, aos *sentidos contraditórios* das relações sociais de produção, distantes de suas aplicações empíricas. A questão formulada pela lei do valor-trabalho resolve-se assim no problema da racionalidade do sistema econômico como um todo, determinada seja pela intenção do lucro, seja pela intenção daquela equidade pressuposta nas relações de compra e venda da força de trabalho. Mas, note-se bem, de uma racionalidade que deve encontrar em si mesma seus próprios padrões, sem apelar para reflexões exteriores ao espaço onde se move. Se a produtividade do trabalho inscreve-se numa segunda natureza, se ela já se encontra socializada nos instrumentos de que dispomos no cotidiano, cumpre então perguntar por que a racionalidade das relações sociais de produção ainda deve estar sob o signo do lucro e do aumento desesperado da produtividade dessa segunda natureza, como se ela fosse o deus a que tudo, coisas e homens, deve ser imolado. A lei do valor-trabalho assim reformulada se transforma numa questão de distribuição da riqueza social segundo o parâmetro de equidade proposto pela aparência do mercado de trabalho, enfim, numa questão de justiça social.

É dessa perspectiva que cumpre, a meu ver, considerar os limites da dialética entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, que, no modo de produção capitalista, se apresentam categorialmente como a lei da queda tendencial da taxa de lucro. A lei, porém, *exprime* um fundamento que dela escapa:

A tendência progressiva de queda da taxa geral de lucro é apenas *uma expressão peculiar do modo de produção capitalista* para o progressivo desenvolvimento da produtividade social do trabalho. Não se diz com isso que a taxa de lucro eventualmente não possa também cair por outros motivos, mas fica demonstrado como necessidade indiscutível que, no seu desenvolvimento, em virtude da essência do modo capitalista de produção, a taxa média geral da mais-valia deve se exprimir numa taxa geral de lucro decrescente (K, III, 25, 223).

Convém insistir que se trata de um fenômeno de *expressão*: o desenvolvimento das forças produtivas se exprime sob a forma capitalista num movimento que o inibe. Um vetor histórico, o desenvolvimento contínuo das forças produtivas graças à introdução permanente de novas tecnologias, assume a forma capitalista da qual em seguida procura desvencilhar-se. Como o capital poderia funcionar quando, a despeito de conservar o lucro como intenção primeira, passa a ver diminuir a base dessa intenção?

Acontece, porém, que o próprio Marx, ao longo de seus estudos, descobre novos e novos fatores capazes de contrabalançar essa tendência, de sorte que essa necessidade abstrata, do ponto de vista categorial, cada vez mais se torna improvável do ponto de vista empírico. Nunca, aliás, Marx esperou que a lei do valor-trabalho possuísse validade empírica. Engels nota que o valor “não aparece no fenômeno das relações de troca das mercadorias produzidas sob forma capitalista; ele não vive na consciência dos agentes capitalistas de produção; não é um fato empírico, mas um fato pensável e lógico; o conceito valor, na determinidade material [que assume] em Marx, nada mais é do que a expressão econômica para o fato da produtividade social do trabalho como fundamento da existência econômica” (K, III, 25, 904).

No entanto, conforme as análises quantitativas vão se complicando, cada vez mais a superfície dos fenômenos capitalistas deixa de *exprimir* a substância fundamental de que dependem, desse “fato pensável e lógico”, cuja estrutura é o fio condutor de nossas análises. No coração da forma expressiva não reside um processo de medida social? A variedade e a complexidade da trama nos levam a perguntar se algum fenômeno novo não terminaria por bloquear esse processo expressivo. Nunca Marx imaginou que os mercados funcionariam de fato na base da concorrência perfeita; pelo contrário, estuda os mecanismos pelos quais os capitais se concentram e formam monopólios. Mas também acabamos de verificar que esse processo

de totalização é atravessado por uma mudança de sentido das categorias – que deveriam exprimir o desenvolvimento das forças produtivas conforme seu desenvolvimento tecnológico perturba a diferença essencial entre trabalho vivo e trabalho morto, tornando impossível determinar a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo para o capital.

Na sua totalidade o capital depende da unificação de setores que operam com diferentes taxas de produtividade do trabalho social, depende de relações sociais efetivas cujo princípio de totalização, porém, remete a um parâmetro único, ilusão necessária que funciona como espécie de ideia reguladora do mercado. Visto que essa ideia se configura no processo reflexionante da produção do capital em geral, visto que esse mesmo capital destrói os princípios em que se assenta, não seria o caso de indagar se seu empuxo básico, o desenvolvimento das forças produtivas, ao mudar de patamar tecnológico – que altera o sentido social do processo de trabalho –, não cria uma situação em que o papel regulador da ideia fica comprometido nas suas condições de exercício?

4.13. Contradição travada

Sendo que essa normatização está na dependência do real funcionamento das relações sociais de produção, cuja face mais aparente são as relações de propriedade, vale a pena estudar como estas últimas se comportam quando o modo de produção capitalista atinge alto grau de diversidade e dispersão. O próprio Marx percebe que a natureza das relações sociais se altera com a crescente complexidade do sistema. Exemplifica-o a maneira como interpreta o desenvolvimento do crédito e do capital por ações. Como vê essa socialização do capital privado, que deixa de ser comandado pelo empresário individual, em que o lucro é distribuído entre diversos acionistas?

Isso é a superação do modo de produção capitalista no interior do próprio modo de produção capitalista e, assim, portanto, deve ser uma contradição superando-se a si mesma, a qual *prima facie* se apresenta como mero ponto de passagem a uma nova forma de produção. Também na aparência ela se apresenta como tal contradição. Estabelece o monopólio em certas esferas e, por conseguinte exige a intervenção do estado. Reproduz uma nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas na figura de projetistas, fundadores e meros diretores nominais, fraudadores e

mentirosos no que respeita aos empreendimentos, despesas de comércio com ações. É a produção privada sem o controle da propriedade privada [K, III, 25,454; trad., IV, 333, modificada].

Deixemos de lado a acuidade dessa descrição para atentar exclusivamente para seu aspecto lógico. O que significa “uma contradição que se supera si mesma” sem abolir o caráter contraditório de seu fundamento, de sua produção, mas reforçando o caráter de embuste, de farsa, de todo o processo?

Antes de tudo uma contradição fenomênica, aparente, sem contestar seu fundamento, sentido complexo cujos termos antagônicos mais simples ainda não têm força de ir ao fundo, de diluir a contraditoriedade originária desse antagonismo, e precisando, para manter-se como identidade viva, do embuste e de forças externas, principalmente aquela do estado como garantia dos contratos. A ilusão necessária perde sua idealidade intransponível para revelar seu caráter de farsa, instrumento *ad hoc* de exploração. Por sua vez, concentração de capitais e formação de monopólios, associadas à autonomização do capital financeiro, tornam obsoleta a figura do empreendedor. A empresa constitui uma unidade coletiva, mas que se particulariza no tipo de competição que estabelece com as outras e com o estado. Operando com diversas taxas de produtividade do trabalho, ou levando em consideração as formas contemporâneas de capital, provocando essa diversidade graças ao monopólio da invenção científica e explorando-a em vista de seu lucro privado, cada empresa trata de montar e proteger sua própria composição técnica, de sorte que fica bloqueada sua expressão completa em valor. Os fatores de produção continuam a ser expressos em termos de preços, embora esses preços passem, por exemplo, a conhecer novas variações, provocadas pela interferência de diferentes taxas de câmbio. Mas o relacionamento de cada produto com a totalidade de seus valores de troca fica bloqueado, pois, se no plano da representação essa referência ao todo continua valendo, visto que todos os produtos têm preço, no plano da efetivação desse todo, vale dizer, na constituição da demanda efetiva que confere o caráter social da produção, ele não encontra aquele comum, a equiponderabilidade dos produtos de um trabalho homogêneo, que assegura a identidade fetiche do valor. Não que o valor desapareça, pois blocos de produto de cada setor continuam a ser comparáveis entre si do ponto de vista de sua produtividade, mas o comum é enviesado, mais Proposto do que

reposto, de sorte que a riqueza social como um todo é arquipélago de ilhas proteiformes lutando entre si pela preferência dos consumidores.

No entanto, as novas formas de associação continuam recolocando em sua base a mesma contradição originária entre meios de produção e trabalho, ambos isolados de suas condições efetivas de existência e somente se acoplando se, primeiramente, forem traduzidos em preços, em seguida, se operarem para fazer crescer o bolo do lucro. Se essa composição técnica ainda procura ser expressa pela composição do valor, o movimento interno de diferenciação das forças produtivas impede que o desdobramento das categorias desenhe a figura do círculo fechando-se em si mesmo.

Se, na verdade, um único capital perde sua capacidade de medir todos os processos produtivos que ocorrem no intervalo de sua reposição, na base de um só parâmetro, ainda não conservaria seu sentido de indicar como forças sociais antagônicas são de fato unificadas na reiteração do processo produtivo, mediante a ilusão necessária de que, em última instância, elas continuam sendo mensuráveis na sua totalidade? E as mensurações efetivadas nos vários setores confirmam a ilusão parcial da completude. Se, além do mais, o descompasso entre essas categorias básicas e seus suportes faz com que eles se despersonalizem, isso não consistiria condição para que o sistema funcione sem a perspectiva de um colapso final? Se a contradição entre capital constante e variável permanece exprimindo como o trabalho é comandado de fora, sem, todavia pôr em xeque o elo que os une, ela não passa igualmente a traduzir uma forma travada de sociabilidade, uma sociabilidade que não pode nem mesmo encontrar distintamente as expressões numéricas pelas quais pensa repor-se automaticamente? Mas se perde assim seu sentido econômico mais profundo, sua capacidade de medir efetivamente a riqueza social produzida em termos de valor-trabalho, não continua sendo a única forma de sociabilidade pela qual essa riqueza é gerada?

4.14. Categorias fibriladas

Não há dúvida de que essa travação afeta o comportamento dos agentes. Vimos que personificam categorias conforme suas próprias ações passam a ter sentido diferente daquele originariamente visado, conforme o sentido particular de cada ação é socializado por um processo de conformação de um sentido social que oculta seu fundamento, o capital na sua qualidade de comando do trabalho alheio. Por outro lado, eles se

conformam para seguir a regra determinada pela categoria e se reconhecem como indivíduos dotados de direitos sobre a mercadoria que trazem para o mercado. Sem as crises, esse equilíbrio visado, ocultando a exploração do trabalho, não chegaria à consciência dos assalariados estruturada inicialmente pelas formas alienadas da distribuição tríplice dos rendimentos. O mesmo acontece com a organização das classes, que aglutina outros atores. Mas o obstáculo da reificação se torna ainda muito mais intransponível quando se esfuma a diferença específica entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. As relações sociais de produção continuam a se apresentar como combinatório dos fatores de produção, sem que se possa explicar então como essa combinação vem a formar uma totalidade que se coloca como fim em si mesma. Por que todos esses fatores continuam subordinados à substância do capital como esse fim em si mesmo, que somente existe se crescer continuamente? Todo o processo produtivo fica submetido ao pressuposto de que esses fatores devem ter preço, calculáveis, por conseguinte por uma medida que os torne homogêneos entre si enquanto produtos. Somente quando essa medida for traduzida em termos da teoria do valor-trabalho, em suma, quando o preço dos produtos, inclusive da força de trabalho, remeter a seu fundamento comum, fica patente que a circularidade em si do capital é gerada a partir do pressuposto de que todo o processo produtivo se move tendo como princípio um *quantum* de trabalho morto em vista do qual o trabalho vivo se mede socialmente. Marx procura, então, mostrar que a combinatório dos fatores de produção, demarcada pelas três fontes de rendimento, depende do desenvolvimento formal do valor, subsunção dos valores de uso aos valores de troca, os quais surgem como determinações quantitativas de uma massa de valor, posta a crescer por si mesma. Trata então de traçar a gênese das formas mais aparentes da sociabilidade capitalista. Mas a explicação do sentido profundo da relação entre capital-lucro, terra-renda, trabalho-salário, termina por mostrar que, em virtude do desenvolvimento tecnológico, as formas de lucro e aquelas de juro, ligadas profundamente a esse lucro, não logram mais se exprimir em preços do mercado, já que o pressuposto da homogeneidade do trabalho se perde no percurso de sua realização. No entanto, visto que os fatores de produção continuam se combinando para se integrar numa totalidade que há de crescer por si mesma, por conseguinte, sendo remetidos a um fundamento comum, as categorias que configuram as formas trinitárias continuam a ser propostas de medida sem lograr medir do ponto de vista social total. Cada fator de

produção é medido por seu preço, sendo que todos eles somente se combinam na esperança de lucro. Sendo cada fator posto como produto, todos eles devem exprimir o tipo de trabalho social que os gera. Já que essa forma de sociabilidade abstrai qualquer outra determinação a não ser aquela que é posta pela troca de produtos, todo trabalho vivo, que o sistema produtivo requer, deve ser medido objetivamente pelo trabalho morto socialmente necessário. No entanto, esse processo de medida social fica impedido conforme exprime diferenças de produtividade que apenas se aglutinam em blocos. O pressuposto da comensurabilidade total é sempre repostado pela intenção do sistema produtivo de gerar continuamente lucro onde o capital for investido, sem, todavia se perfazer num único *quantum* determinado. É posto para medir sem lograr a medida social a que se propõe. Em vista dessa sua qualidade, as categorias não perdem sua determinidade quantitativa, mas deixam de servir de parâmetro quantitativo para a distribuição da riqueza social. Elas fibrilam, vale dizer, deixam de ser quantidades determinadas para conservarem a intenção social de ser quantificáveis. Essa nova irracionalidade implode o sistema produtivo numa totalidade centrífuga. Os atores agem tomando um padrão que não logra unificar socialmente os padrões efetivos confirmados pelo mercado, o que conduz o sistema a uma crise permanente, como se suas categorias demarcassem intervalos sem poder determinar os números que deveriam preenchê-los. Fibriladas, as categorias necessitam, para vir a ser formas sociais de pensamento, de outras instituições que compensem o que elas não podem pensar e medir. Aquela desarrumação constante, acima observada, da proporcionalidade, que assegura o método de projeção das forças produtivas nas relações sociais de produção, termina por institucionalizar intervenções contínuas no mercado, para que o lucro social continue a crescer.

Essa perda de sentido social das relações econômicas é um fato que a Escola de Frankfurt já tinha notado a partir dos anos 30. A dificuldade, porém, é interpretá-lo. Ora, por mais que a crise se torne sistêmica, o capital não coloca em xeque a matriz de sua positividade; por certo a cliva em regiões de produção que vão ser ligadas por correntes diversas, combinando economia e política, mas não é por isso que leis econômicas deixam de ter o sentido profundo que o capital lhes imprime e que as formas trinitárias expressam. É por isso que tento sublinhar as soluções de continuidade dos vetores responsáveis pelo desenho dos elementos idênticos formadores da composição orgânica do capital, mostrando assim que a perda de sentido já

nasce no nível do travejamento das forças econômicas. No entanto, essas categorias explicativas e descritivas também modificaram seu sentido estrutural primeiro, de elementos encarregados de marcar os pontos duradouros da linguagem da produção; se continuam sendo postos para medida, ficam desprovidos de seus métodos de mensuração. Os agentes agem conectados a uma gramática profunda só percebida quando descrevemos o travejamento que demarca suas condutas, mas o profundo deixou de ser transformador, de tender a um fundo unitário, para contentar-se com a experiência da perda de sentido. Se a mão invisível do mercado de agora em diante necessita dos empurrões da política, esta por sua vez adquire seu sentido contemporâneo conforme orienta as forças econômicas para confirmar o capital como um fim em si mesmo ou para negar essa sua finalidade fetiche. Para Marx o capital vai fundo quando revela o lado material mais simples do processo produtivo. Ele mesmo saliente que somente o capital substitui o trabalho pela máquina onde o trabalhador pode trabalhar o máximo de tempo para ele.

Por meio desse processo fica de fato reduzido a um mínimo o *quantum* de trabalho necessário para a produção de certos objetos, mas apenas a fim de que um máximo de trabalho seja valorizado no máximo de tais objetos. O primeiro lado é importante, porquanto aqui o capital – inteiramente sem essa intenção – reduz o trabalho humano a um mínimo, o dispêndido de força. Isso favorece o trabalho emancipado e é condição de sua emancipação. (G, 589)

Essa emancipação, contudo não ficou comprometida pela viscosidade do capital, que estilhaça sua positividade sem retirar dela o caráter de fetiche? Além do mais, o que pode significar essa redução do trabalho ao desgaste de sua força física, quando a homogeneidade visada do quantum de trabalho tomado como pressuposto da reflexão do sistema se põe pela mediação de *quanta* centrífugos? Não é ó próprio sentido do projeto emancipatório que há de ser reformulado?

A alienação do capital se ossifica sem que sua aparência traduza o sentido de sua reificação, como se as crises, catástrofes maiores ou menores, se resumissem a questões de desajuste natural sem pôr em xeque a própria racionalidade do modo de produção capitalista. Por isso do cotidiano se consola com a irracionalidade vivida. Nesse plano, tudo se coloca em termos de uma equidade prometida, que assim poderia ser lograda sem que a questão do trabalho social pudesse ser resolvida pelos elementos que sua reflexão centrifuga.

Com a indiferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo, a mais-valia nunca chegará a ser exclusivamente para si, deixa de servir de medida objetiva da exploração do trabalho, de sorte que nunca os trabalhadores poderão se constituir no “trabalhador total” (*Gesamtarbeiter*) a que Marx se refere tantas vezes, ou, em termos sociológicos, nunca o proletariado se constituirá em classe para si, de sorte que a contradição se trava, não se perfaz, conforme se desfibram as individualidades do capital e do trabalho vivo a mover o trabalho morto se ambas as partes assumirem mil faces, lusco-fusco de aparências anárquicas, isto é, sem princípio unívoco, embora continue a sustentar aquela racionalidade perversa, segundo a qual meios de produção somente são movidos pelo trabalho para criar maior riqueza monetária, alimentada como fim em si mesmo.

Para sublinhar as peculiaridades da dialética marxista, convém lembrar que a contradição entre capital constante e capital variável, entre essas duas diferenças da substância valor, não pode escapar da ilusão quantitativa. Se na verdade a *massa pressuposta* não se repõe como um *quantum* inteiramente adequado ao pressuposto, não é por isso que todas as relações sociais de produção capitalista deixam de ser determinadas, em última instância, por sua intenção mensurante. O jogo dos preços, ademais, não repõe a ilusão de que tudo se passaria sem crise? A substância capital continua sendo a pretensão de medir por um mesmo padrão quer o trabalho morto incorporado nos meios de produção, quer o trabalho vivo. Se a crise revela empiricamente seu insucesso, a retomada do crescimento do capital como finalidade em si mesma indica como o equilíbrio proposto pela lei de Say faz parte da ilusão constitutiva do modo capitalista de produção.

Assim sendo, a dialética da contradição visada por Marx não toma distância daquela dialética da qualidade que Hegel opôs a Schelling? Posto o sujeito como identidade reflexionante, por conseguinte, como Eu igual a Não-Eu, surge a dificuldade de traçar, nessa contraposição, o limite do campo de cada um deles. A Schelling, que aí vê uma divisão quantitativa, Hegel, desde os tempos de Iena, objeta que esse limite é a qualidade de ser quantificável, vale dizer, uma determinidade do ser. Somente assim a oposição entre o Eu e o Não-Eu pode vir a ser uma contradição em que o negativo possui a qualidade de ser positivo, portanto, de encontrar em si mesmo o empuxo de sua superação, sua capacidade de formar nova identidade. Somente assim a oposição entre o positivo e o negativo pode se superar (*aufheben*) em positivo em si e negativo em si, abrindo o espaço que permite à oposição transformar-

se em contradição determinante e, caminhando então para o fundo, também caminhar para seu fundamento, pois a identidade resultante possui a qualidade da unidade. Se na dialética da quantidade e da qualidade Marx é herdeiro de Hegel, pois, como vimos, é a qualidade do capital ter como pressuposto o processo de homogeneização do trabalho que marca o início da reflexão desse capital, o processo de medir esse homogêneo chega a resultados diferentes. O valor é procedimento de medida realizado socialmente, forma de agir e pensar, mas o comum de que é constituído, alinhavando os inúmeros valores de troca, somente opera graças à ilusão de uma clausura efetiva. A análise de Marx incorpora, pois, um elemento kantiano, uma ilusão necessária pela qual as atividades se aglutinam, se socializam e perdem seus sentidos imediatamente visados, uma espécie de dever ser prático que foge do movimento efetivo. É sintomático que as categorias de superfície, ao serem analisadas por Marx, assumam o caráter de ideias reguladoras, pois esse movimento de expressão nunca pode terminar expressando por completo o expressado, como acontece lógica especulativa. Obviamente, ao introduzir esses novos elementos no desenvolvimento da dialética, Marx não poderia encontrar uma contradição que respeitasse os cânones hegelianos de superação. Vimos como a qualidade de *quantum* se efetiva em *quanta* centrífugos, de sorte que, se existe contradição em virtude de uma ilusão metafísica que opera no nível das ações, ela só poderia perder seu empuxo de superação. Em vez de se espiritualizar, como pretende Hegel, ela vai ao fundo apelando para o elemento natural, o dispêndio de energia, apenas reduzido à sua expressão mais simples, cuja unicidade, porém, é posta em xeque pelo próprio desenvolvimento categorial.

Chega-se aos limites da dialética que as relações sociais de produção tecem com o desenvolvimento das forças produtivas, configurando nova identidade que deveria ser o positivo no negativo, portanto, unidade qualificando as diferenças. Mas o desdobramento das categorias, se tende a destruir a identidade ilusória do pressuposto, em contrapartida, não consegue instalar aquela unidade qualitativa das diferenças centrífugas. Essa unidade só poderá ser obtida se um novo sistema de forças sociais vier se articular para repor o que o jogo das forças econômicas é incapaz de operar. Não será esse o sentido da política contemporânea?